

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

Curso de Graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS
a distância

Economia Regional e Urbana

HOYÊDO NUNES LINS



L759e Lins, Hoyêdo Nunes

Economia Regional e Urbana / Hoyêdo Nunes Lins - 4. impri. - Florianópolis:
Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2014.

104p. : il

Curso de Graduação Ciências Econômicas

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-7426-074-7

1. Economia regional e urbana. 2. Espaço e região. 3. Desenvolvimento regional.
4. Problemática urbana. 5. Educação a distância I. Universidade Federal de Santa
Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. II. Título.

CDU: 330

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República	Dilma Vana Rousseff
Ministro da Educação	Fernando Haddad
Secretário de Educação a Distância	Carlos Eduardo Bielschowsky
Coordenador Nacional da Universidade Aberta do Brasil	João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora	Roselane Neckel
Vice-Reitora	Lúcia Helena Martins Pacheco
Pró-Reitor de Desenvolvimento Urbano e Social	Luiz Henrique Vieira Silva
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis	Cláudio José Amante
Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão	Débora Peres Menezes
Pró-Reitora de Pós-Graduação	Maria Lucia de Barros Camargo
Pró-reitor de Ensino de Graduação	Yara Maria Rauh Müller
Secretário de Planejamento e Finanças	Luiz Alberton
Secretário de Cultura e Arte	Maria de Lourdes Alves Borges
Coordenadora UAB - UFSC	Eleonora Milano Falcão Vieira
Coordenadora Adjunta UAB - UFSC	Dulce Márcia Cruz

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Diretora	Elisete Dahmer Pfitscher
Vice-Diretor	Rolf Hermann Erdmann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe do Departamento	Armando de Melo Lisboa
Subchefe do Departamento	Brena Paula M. Fernandez
Coordenadora Geral na modalidade a distância	Marialice de Moraes

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - PRIMEIRA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Fernanda Pires Teixeira
Design Instrucional	Claudete Maria Costa
Revisão Textual	Heloisa Pereira Hübbe de Miranda
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Felipe Augusto Franke Rafaella Volkmann Paschoal
Ilustrações	Rafaella Volkmann Paschoal Ana Flávia Maestri
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL – QUARTA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Andreia Mara Fiala
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Fabício Sawczen
Design de Capa	Max Vartuli Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

SUMÁRIO

UNIDADE 1

OBJETO DA DISCIPLINA: A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO

1.1 ESPAÇO E REGIÃO: UMA INTRODUÇÃO A DUAS NOÇÕES BÁSICAS.....	11
Espaço entendido como organização espacial da sociedade.....	11
Regiões: uma multiplicidade de sentidos.....	14
1.2 A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO:	
UM TEMA DE “PRESTÍGIO” INTERNACIONAL	16
1.3 BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE FORTES DISPARIDADES SOCIOESPACIAIS.....	19

UNIDADE 2

ABORDAGENS SELECIONADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA SUA DIMENSÃO ESPACIAL – I

2.1 CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO POLARIZADO	29
Termos do debate e políticas associadas.....	30
Um breve olhar sobre o Brasil.....	35
2.2 SEGMENTAÇÃO PRODUTIVA E DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO	36
Termos do debate e políticas associadas.....	37
Um breve olhar sobre o Brasil.....	44

UNIDADE 3

ABORDAGENS SELECIONADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA SUA DIMENSÃO ESPACIAL – II

3.1 PRODUÇÃO “FLEXÍVEL” EM AGLOMERAÇÕES ESPECIALIZADAS	51
<i>Clusters</i> e distritos industriais.....	54
Regiões de aprendizagem.....	57
Uma derivação rural: desenvolvimento territorial e sistemas agroalimentares localizados.....	59
3.2 O CHAMADO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO:	
UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE	63

UNIDADE 4

A PROBLEMÁTICA URBANA

4.1 DA CIDADE AO URBANO: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS.....	74
4.2 O ESPAÇO URBANO COMO PRODUTO DE EMBATE ENTRE ATORES SOCIAIS	78
4.3 O BRASIL EM QUESTÃO: URBANIZAÇÃO ACELERADA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	82
REFERÊNCIAS	89

PALAVRA DO PROFESSOR

Sintam-se bem-vindos, prezados alunos!

No mês de junho de 2007, uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* deu destaque especial a um documento que acabara de ser divulgado pelo Fundo de População das Nações Unidas (FPNU). Nesse documento – edição para 2007 do relatório mundial de população daquele órgão –, anunciava-se que o mundo alcançara uma condição de importância histórica: no planeta, o número de pessoas vivendo em áreas urbanas havia se igualado ao número vivendo em áreas rurais, e a tendência, desde então, seria a crescente predominância dos primeiros contingentes sobre os segundos.

A notícia da *Folha* fez também referência a algumas interpretações, contidas no próprio relatório da FPNU, sobre aspectos do abordado processo demográfico, incluindo algumas possíveis implicações da “hiper-urbanização”, entre elas as referentes à economia. Chamava-se a atenção, por exemplo, para o significado da expansão urbana em termos de crescimento econômico e, do mesmo modo, em termos de aumento da pobreza e da exclusão social, com agravamento das desigualdades. As consequências observadas teriam relação com os distintos contextos sociais, econômicos e políticos, matrizes de numerosas e variadas situações em diferentes países, regiões e localidades, nos quais ocorria o forte crescimento urbano.

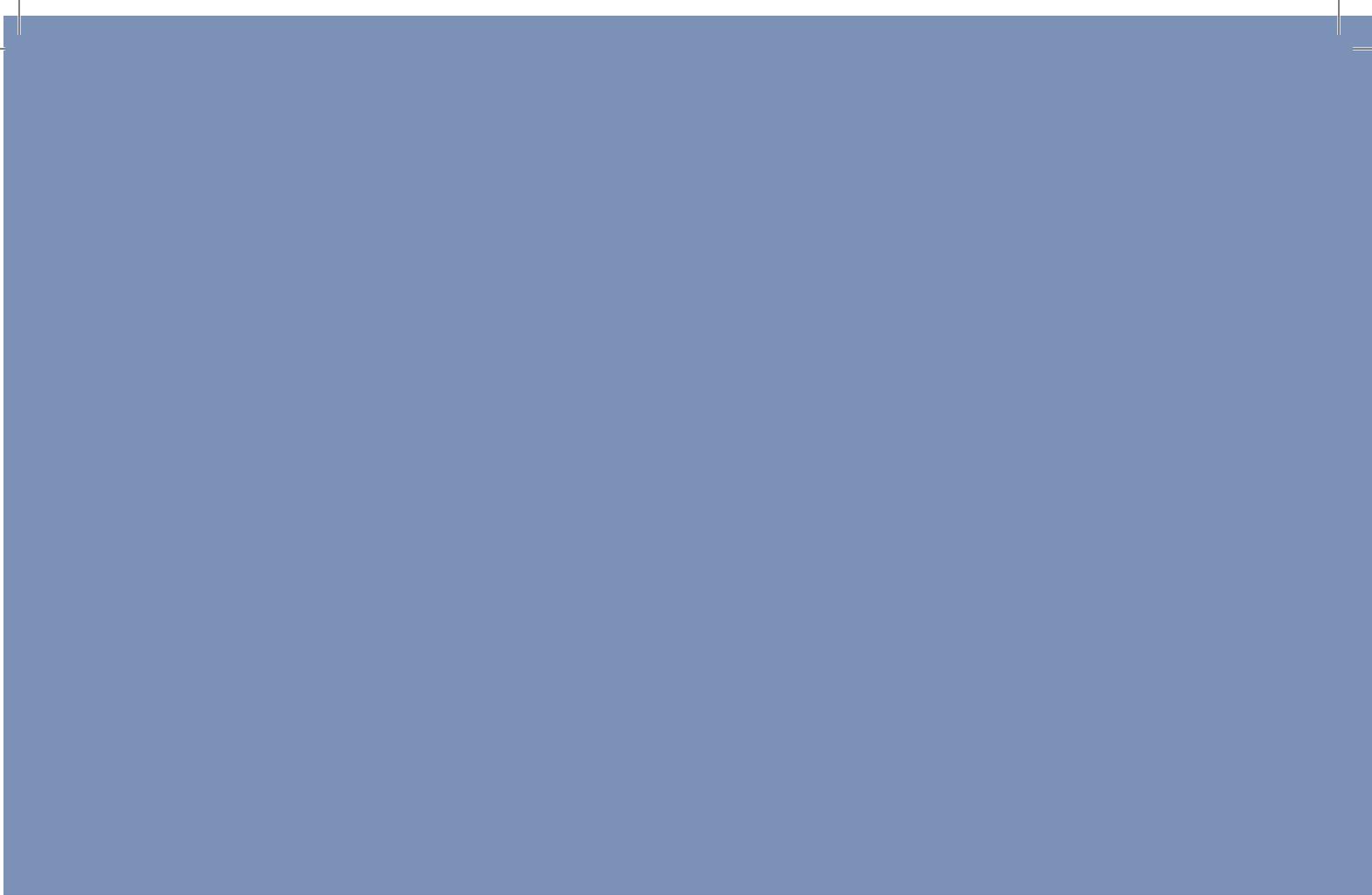
O que é dito acima objetiva tão somente fornecer uma primeira aproximação ao tema da disciplina, denominada Economia Regional e Urbana. Utilizou-se a notícia da *Folha* para indicar que o tema geral é não só de grande atualidade, mas também de forte interesse em praticamente todos os países. Qual é o tema? Se pudéssemos resumir em uma única frase, diríamos que se trata do desenvolvimento socioeconômico em sua dimensão espacial. Que dimensão espacial? Basicamente a regional, tradicionalmente associada a segmentos espaciais – regiões, justamente – de territórios nacionais, e também a dimensão mais local, em que despontam os ambientes urbanos. Note-se que, ao focar a dinâmica demográfica recente, a notícia da *Folha* refere a uma dimensão espacial clara: a das áreas urbanas; mas, ao falar em migrações, toca também em uma outra: a das áreas rurais.

Entre as razões do grande interesse dessa área de estudo – o desenvolvimento socioeconômico na sua dimensão espacial – está o fato de que o conhecimento acumulado ao longo de décadas ajudou, em maior ou menor grau, na formulação de políticas de desenvolvimento regional e urbano. Quer dizer, trata-se de área de estudo que evoluiu em forte sintonia com a percepção política de que problemas de desigualdades inter-regionais de desenvolvimento e de aumento da pobreza urbana, para citar dois exemplos, merecem cuidadosa e permanente atenção, principalmente por parte do setor público (governos nacionais, estaduais e municipais), que é a principal esfera responsável pela promoção do desenvolvimento.

O Brasil é um país em que essa atenção é particularmente necessária. Portanto, como perceberão ao longo da disciplina, o que estará sendo estudado tem vínculo estreito com experiências do seu próprio cotidiano, experiências vividas ou pelo menos observadas por vocês. O tipo de abordagem oferecido pela disciplina deverá permitir uma melhor compreensão, uma “leitura reflexiva”, sobre aspectos importantes das realidades (mais ou menos próximas) em que os alunos estão inseridos.

Aproveitem a chance e agucem o olhar sobre o entorno!

Prof. Hoyêdo Nunes Lins



1

OBJETO DA DISCIPLINA: A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO

Objetiva-se nesta unidade proporcionar uma ampla aproximação dos alunos à temática central da disciplina. Esta temática, como indicado na Palavra do Professor, refere-se à Dimensão Espacial do Desenvolvimento. Os conteúdos aqui tratados permitem:

- perceber o que significa falar, no âmbito da disciplina, em espaço e região;
- saber que o interesse por esse campo de estudo cresceu progressivamente ao longo do século XX, sobretudo na segunda metade deste;
- entender o quanto a temática da disciplina é relevante no Brasil.

1.1 ESPAÇO E REGIÃO: UMA INTRODUÇÃO A DUAS NOÇÕES BÁSICAS

Como se ressaltou, uma indicação resumida e genérica sobre o conteúdo da disciplina Economia Regional e Urbana é que o interesse central desta refere-se à dimensão espacial do desenvolvimento socioeconômico. Ora, é preciso, antes de tudo, esclarecer o que se pretende indicar com a expressão “dimensão espacial”. Um primeiro passo a ser dado, na idealizada sequência de conteúdos, é examinar o sentido atribuído à palavra “espaço”.

1.1.1 ESPAÇO ENTENDIDO COMO ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA SOCIEDADE

À primeira vista, a palavra “espaço” corresponde a uma noção trivial. Qual é o espaço existente, em linha reta, entre as paredes mais distantes entre si das salas de aula ocupadas pelos alunos que cursam esta disciplina? Eis uma pergunta que remete ao caráter trivial do termo. Se contarmos os passos entre as paredes (ou se for medida a distância entre elas com uma fita métrica), a resposta é banal: esse espaço, assimilado a distância, é de dez passos (ou dez metros), por hipótese.

Não é dessa forma que o espaço comparece no estudo da dimensão espacial do desenvolvimento. “Espaço”, aqui, é palavra que aponta e descreve a materialização geográfica dos processos e atividades envolvidos na produção e reprodução das condições de vida da sociedade. Tal forma de empregar o termo vincula-se à ideia de que, ao produzir os meios da sua própria existência,



a sociedade – por meio das relações sociais implicadas nessa produção – cria “objetos” como áreas de cultivo, fábricas, estradas, portos etc., que se distribuem na superfície terrestre. Tal processo implica transformar a natureza, disso resultando o surgimento de uma “segunda natureza”, conforme assinala (algo metaforicamente) o geógrafo Roberto Lobato Corrêa. A distribuição dos “objetos” significa formas espaciais que, no conjunto, representam o que esse autor chama de “organização espacial”. Organização espacial do quê? Numa palavra: da sociedade.

Pode-se, portanto, afirmar que o espaço traduz a vida em sociedade e reflete aspectos centrais do funcionamento desta. Uma sociedade capitalista moderna, que apresenta uma enorme gama e complexidade de fluxos e de “cristalizações” geográficas – fábricas, infraestruturas etc. –, exhibe formas espaciais igualmente complexas, multiestratificadas ao nível das atividades econômicas, das áreas urbanas e suas superfícies de abrangência e das interligações multiescalares (escalas regionais, nacionais, internacionais) que as envolvem.

Por outro lado, uma sociedade, digamos, tradicional, seja ela, por exemplo, indígena, cuja reprodução implica sobretudo “dialogar” com o ambiente natural (quase ou totalmente) originário, pode ter reflexos espaciais como os assinalados em reportagem recente do jornal *Folha de S. Paulo*. A reportagem se refere aos resultados de pesquisas conduzidas por arqueólogos dos Estados Unidos na região amazônica, mais precisamente no Alto Xingu (norte do Mato Grosso, onde ficam os afluentes que formam o rio Xingu). Aspecto digno de nota é que essas pesquisas contaram com um decisivo apoio de indígenas. Um trecho dessa reportagem encontra-se transcrito a seguir.

Um artigo publicado [...] no periódico “Science” sustenta que, entre os anos 1200 e 1600, a sociedade xinguanas desenvolveu um tipo de urbanismo pré-histórico [...]. Escavações feitas [...] com a ajuda dos índios cuicuros revelaram uma densa rede de estradas que cortavam toda a região onde hoje está o Parque Indígena do Xingu. Em pelo menos dois locais, as escavações revelaram vias muradas de até 50 hectares (hoje, a média das aldeias xinguanas é de 6 hectares) e aldeias menores, de cerca de 10 hectares cada. Todas eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças. Esses conjuntos habitacionais são descritos como aglomerados urbanos “galácticos”, com aldeias que gravitavam em torno de um local que claramente era o centro político e religioso da urbe xinguanas. [...] A julgar pela quantidade de vestígios, o Xingu pré-conquista deveria ser densamente povoado. [...] Essa população pré-histórica transformou a paisagem. O que hoje parece uma imensa floresta virgem, afirmam os pesquisadores, abrigou no passado extensas roças, pomares e tanques para a criação de tartarugas. [...] O planejamento urbano amazônico pré-histórico era mais complicado do que o da Europa medieval. “Lá você tinha a ‘town’ [vila] e a ‘hinterland’ [zona rural] sem integração. Aqui estava tudo junto” [...]. A organização espacial xinguanas

também denota uma hierarquia política entre vilas [...]. Cada “aglomerado galáctico” era um centro independente de poder, que provavelmente mantinha relações com outros aglomerados. “Você não encontra uma capital da região [...]. O maior nível de organização é a vila cerimonial” (ANGELO, 2008, p. A18).

Quando se fala em espaço, portanto, o sentido contemplado é o de espaço como resultado – ou reflexo, ou tradução – de relações sociais. Quer dizer, ao falar em espaço, está-se referindo à “organização espacial” da sociedade.

Mas o espaço, além de refletir a sociedade e ser resultado do funcionamento desta e de traduzir as relações sociais, também é determinante dessas mesmas relações.



Numa cidade, os investimentos na construção de imóveis de alto padrão, realizados por empresas do setor imobiliário, tendem a ocorrer em bairros de moradores ricos. A condição de alto *status* desses bairros, diferenciando-os na divisão social do espaço urbano, orienta esses investimentos. Isso quer dizer que a forma espacial que opõe áreas residenciais de ricos e de pobres interfere nas decisões de investimento. Essa forma espacial é resultado, reflexo, tradução, do modo como funciona a sociedade – que é estratificada, hierarquizada – mas, ao mesmo tempo, retroage sobre esta como determinante da sua própria reprodução.

O mesmo vale para a escala regional de observação. Uma região historicamente especializada em algum tipo de produção industrial – produção de calçados no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, por exemplo – assim se apresenta devido à sua trajetória socioeconômica. A concentração geográfica de atividades de produção de calçados configura um reflexo espacial dessa trajetória. Contudo, ao influenciar decisões de investimento – como na situação de um novo fabricante de calçados que opta por instalar-se no Vale dos Sinos e não em outra região do Rio Grande do Sul, tendo em vista uma tradição calçadista que significa fornecedores, mão de obra e instituições presentes naquela área –, essa forma espacial, além de “produto social”, é também “condicionante social”.

Desse modo, as formas espaciais criadas pela sociedade – numa escala mais ampla cabe falar, entre outras coisas, de estradas, áreas industriais, áreas de produção agrícola; na escala de uma cidade, cabe mencionar bairros de moradores ricos, favelas, áreas degradadas em centros urbanos – refletem o funcionamento dessa sociedade, mas, ao mesmo tempo, interferem na reprodução das relações sociais.

Naturalmente, considerar essa dupla natureza do espaço requer pensar sobre a vida em sociedade não em termos estáticos, mas em termos dinâmicos, isto é, considerando o percurso histórico.

Por dimensão espacial do desenvolvimento quer-se, portanto, referir à incidência do desenvolvimento socioeconômico – apto a ser descrito por indicadores como renda per capita, dinamismo econômico, nível de emprego, enfim, por um conjunto de indicações sobre o desempenho da economia e sobre o bem-estar e a qualidade de vida da população – no espaço produzido pela sociedade em sua trajetória histórica, espaço que é, ao mesmo tempo, base de reprodução social. Nesse diapasão, os traços ou aspectos da dimensão espacial do desenvolvimento, principalmente no que concerne ao maior ou menor nível de desigualdades socioespaciais – diferenças entre rendas per capita regionais e perfil diferenciado do emprego, entre outras coisas –, devem ser associados às relações sociais “produtoras” de espaço e à forma como este influencia/afeta a reprodução da sociedade.

1.1.2 REGIÕES: UMA MULTIPLICIDADE DE SENTIDOS

Regiões são segmentos (ou recortes, ou divisões) espaciais. Sua escala é sempre relacional, quer dizer, implica relação com uma escala espacial maior – a de um país, por exemplo –, da qual faz parte. Em Economia Regional e Urbana geralmente associam-se regiões a segmentos espaciais subnacionais. Exemplos, com abrangências ou escalas bem distintas, seriam a Região Norte do Brasil e a região sul do Rio Grande do Sul.

Entretanto, é possível pensar em regiões não necessariamente referidas como segmentos subnacionais. Dependendo do interesse do estudo ou da pesquisa, pode-se falar de regiões que se apresentam como transnacionais, desde que o critério de continuidade geográfica seja respeitado, isto é, desde que não exista descontinuidade/fragmentação da superfície geográfica.



O que se pode dizer sobre o problema do conteúdo das regiões, considerando a literatura internacional? São vários os possíveis conteúdos capazes de propiciar o reconhecimento e a identificação de regiões, e eles variam conforme as disciplinas ou as áreas de conhecimento.

A seguir mencionam-se alguns desses conteúdos, sem a menor pretensão de esgotar as possibilidades.

No **âmbito da Geografia**, um conteúdo recorrente diz respeito à homogeneidade física. No início do século XX, vários estudos regionais feitos por geógrafos versavam sobre áreas assim caracterizadas (desertos, florestas tropicais, savanas etc), exibindo uniformidade em aspectos naturais; esses estudos costumavam

ter a forma de grandes descrições sobre, por exemplo, as condições de fauna e flora em distintas regiões do globo. Um outro conteúdo nesse âmbito disciplinar remetia à “criação histórica” da região (sem alusão a aspectos físicos e naturais, portanto), e um terceiro, ao papel da cidade na “estruturação” da região, atribuindo funções e influenciando a vida econômica. Ainda se falou, entre geógrafos, em regiões econômicas, assim identificadas pela presença dominante de um tipo de atividade produtiva (mineração, indústria). Essas indicações, vale repetir, estão longe de ser exaustivas, sendo numerosas as ilustrações.

No **âmbito da Sociologia**, o conteúdo do termo região vincula-se a aspectos culturais e/ou **etnográficos** das populações. Quando é possível associar a um segmento espacial, a um ambiente socioespacial, uma população que compartilhe traços específicos envolvendo língua/dialeto, hábitos, religião e outros aspectos de cultura e conduta social, pode-se dizer que se está diante de uma região. A questão focalizada é a da “identidade” regional, como se vê. Um outro conteúdo, geralmente articulado ao primeiro nas várias experiências observadas, mas de significado próprio, liga-se à presença e manifestação, no seio de uma população com clara “inscrição” espacial, de um projeto de autonomia política que pode até abranger a busca de (e a luta por) independência, relativamente ao Estado nacional em questão. O tema central, assim, é o da “reivindicação nacional”. Ambos conteúdos são base de “recorte” regional em termos analíticos e, simultaneamente, apresentam-se no âmago do debate sobre o fenômeno do regionalismo, quer dizer, sobre a ocorrência de movimentos políticos de base regional cujos propósitos, nas várias experiências internacionais repertoriadas, exibem considerável diversidade (também no Brasil esse assunto tem presença).

Por aspectos etnográficos se indicam elementos da vida de uma população como língua, religião e manifestações materiais diversas.

No **âmbito da Economia**, há pelo menos três formas típicas de definição do que seja uma região. Uma refere-se às *regiões homogêneas*, que são aquelas cujas partes constituintes (municípios, por exemplo) apresentam características socioeconômicas semelhantes (estrutura produtiva, indicadores de desenvolvimento); uma vez detectadas as semelhanças, pela análise de dados selecionados, pode-se agrupar os municípios parecidos entre si (conforme critérios estabelecidos) e considerá-los como integrantes de uma região homogênea (os atlas estaduais costumam apresentar divisões regionais em microrregiões homogêneas). Uma outra forma é a *região polarizada*, cujas partes constituintes mostram-se interligadas por algum(ns) tipo(s) de fluxo(s); a interligação implica polarização por parte do município, ou da cidade, mais importante, algo mensurável de diferentes formas (regiões polarizadas também costumam figurar em atlas estaduais). Uma terceira forma concerne às *regiões*

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - instituição criada em 1959 e que hoje abrange, com suas atividades, a totalidade dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. O site da SUDENE é: www.sudene.gov.br

Foi um economista escocês cuja obra, produzida no século XVIII, é um pilar da Economia Política e se apresenta como um dos demarcadores essenciais da evolução do pensamento econômico.

administrativas, ou *de planejamento*, ou *de programa*, assim denominadas pelo fato de suas partes constituintes figurarem na jurisdição de um mesmo órgão ou instituição; o Nordeste da SUDENE é um exemplo, assim como os agrupamentos de municípios que, em Santa Catarina, formam as Associações de Municípios (uma das esferas de regionalização do território catarinense), e, no Rio Grande do Sul, formam os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social (COREDES).

1.2 A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO: UM TEMA DE “PRESTÍGIO” INTERNACIONAL

No estudo da economia, a **dimensão temporal** foi a que mais marcou presença em termos históricos. O motivo parece simples: o crescimento econômico, amplamente falando, sempre canalizou o grosso das atenções, e a dimensão temporal é a dimensão básica envolvida nos estudos sobre o crescimento, estudos que têm focalizado principalmente o nível nacional (esse é o nível que, de fato, geralmente prevalece – observe-se, como ilustração, o título do principal livro de Adam Smith, *A riqueza das nações*, publicado pela primeira vez em 1776 – SMITH, 1996).

Todavia, ao lado da temporal, uma outra dimensão ganhou importância crescente no século XX: a **dimensão espacial**. Diferentes autores concordam em relacionar a escalada do “prestígio” dessa dimensão, pelo menos no tocante aos primeiros passos da trajetória, às grandes mudanças econômicas posteriores à Segunda Grande Guerra. O palco foi, basicamente, a Europa Ocidental, bastante afetada por esse conflito. Após a guerra, o território europeu registrou importantes iniciativas de reconstrução econômica, o que se deu com grandes investimentos financiados, na maioria, com recursos dos Estados Unidos, incluindo a participação de empresas multinacionais oriundas desse país. Ao mesmo tempo, e não sem ligação com esse processo, a Europa colocou em prática na década de 1950 um esquema de integração entre países que, desde então, cresceu em abrangência e complexidade.

Mas o turbilhão de transformações observadas no pós-guerra apresentou incidência geográfica diferenciada. Por exemplo, foram as áreas ou regiões historicamente mais industrializadas, em países como França, Alemanha e Inglaterra – áreas que sofreram duramente no decorrer do conflito –, que tenderam a canalizar as quantidades mais expressivas de recursos e de ações em-

presariais. Desse modo, o tema do crescimento econômico desigual emergiu com grande vigor. Tal visibilidade também se deveu, sem que a importância disso fosse menor, ao fato de os efeitos espaciais das mudanças do pós-guerra terem se articulado com o histórico quadro de relações regionais em nível de país, marcado por profundas disparidades socioespaciais.

Essa constatação outorgou grande destaque à, por assim dizer, “problemática espacial”. Um sintoma disso é que problemas com claro e forte componente espacial – desigualdades de dinamismo econômico entre regiões, declínio de certas áreas em contraposição ao fortalecimento de outras, dificuldades vividas por espaços rurais, migrações campo-cidade, impasses da reconversão econômica em distintos ambientes produtivos, desemprego regional, para mencionar só alguns tópicos de maior relevo – passaram a ser tratados com atenção especial nas políticas públicas.

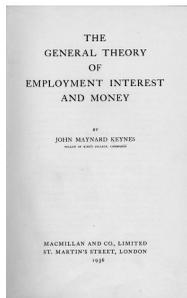
Quer dizer, a dimensão espacial acabou de fato incorporada à agenda dos países, e o trato com os respectivos problemas tornou-se sistemático.

Vale assinalar que entre as razões dessa incorporação sempre figurou com destaque o potencial de crise, envolvendo até questões de risco à coesão social e à unidade nacional, representado pela existência de desigualdades – pior, pelo aumento das desigualdades – no interior das fronteiras dos países. “Pouco toleráveis em termos sociais e perigosos economicamente, tanto na Europa como em outros países, os contrastes suscitaram a consolidação do planejamento regional como atividade sistemática no âmbito do Estado [...]” (LINS, 1997, p. 296).

É importante notar que, quando se diz que as mudanças do Segundo Pós-Guerra tiveram um importante papel na escalada do “prestígio” da dimensão espacial, não se pretende afirmar que antes disso não havia interesse pelas respectivas questões. Para os Estados Unidos, por exemplo, há registros de iniciativas públicas nesses termos já no início do século XX. Ações do governo Roosevelt na década de 1930 representam uma boa ilustração. De fato, sempre referida é a experiência relativa à bacia do rio Tennessee, uma imensa área economicamente deprimida do Sul dos Estados Unidos que se tornou objeto de importantes iniciativas, algo que resultou inclusive na criação de uma instituição, a *Tennessee Valley Authority* (TVA).

Autarquia criada pelo presidente Franklin D. Roosevelt e ponta de lança do New Deal, conjunto de programas e ações para retirar os Estados Unidos da profunda depressão econômica que se seguiu ao *crack* de 1929.

Assim, é importante frisar, de um lado, que os efeitos das mudanças provocadas pela Segunda Guerra têm a ver com o “prestígio” da dimensão espacial principalmente na Europa. De outro lado, deve-se ter claro que a especifi-



A expressão “visão keynesiana” remete às ideias de John Maynard Keynes, economista inglês tido como um dos mais importantes do século XX. Sua obra, principalmente o livro mais conhecido – A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (KEYNES, 1982), publicado pela primeira vez em 1936 –, teve uma enorme influência sobre a evolução tanto do pensamento econômico quanto da política econômica, em escala mundial.

dade da segunda metade do século XX, a respeito do assunto, vincula-se ao fato de que essa dimensão passou a ser objeto de ações sistemáticas e de rotina na esfera pública – planejamento, gestão –, coisa que não acontecia anteriormente. Como o Segundo Pós-Guerra assistiu à entronização generalizada da **visão keynesiana** sobre a economia, visão segundo a qual o envolvimento ou a interferência do Estado – mediante ações e políticas públicas estratégicas, incluindo o planejamento do desenvolvimento – constitui procedimento essencial, diferentes países (talvez a grande maioria, em distintos continentes) incorporaram a “dimensão espacial” às suas agendas. Na América Latina isso também ocorreu, e o Brasil não foi exceção.

Ao longo da segunda metade do século XX, portanto, a dimensão espacial do desenvolvimento teve consolidada a sua importância como destacada esfera da ação governamental em distintos países. Paralelamente a isso, e num processo de contínua alimentação recíproca, a reflexão teórica sobre essa problemática também avançou. Como sinalização de campo de estudo, por conseguinte, essa dimensão sempre exibiu vinculação forte com a política, com a ação pública. Quer dizer, a teorização sobre o desenvolvimento na sua dimensão espacial – consideradas as várias escalas envolvidas – apresentou, continuamente, relações com as práticas (ou tentativas neste sentido) de promoção e amparo do desenvolvimento nessa dimensão. Na segunda e na terceira unidades da disciplina serão abordadas algumas formas principais dessa reflexão teórica e suas implicações em termos de política.

Vale assinalar que a progressão desse campo de estudos não foi, por assim dizer, linear. Ao contrário, houve oscilações, principalmente no que concerne às políticas de desenvolvimento – aliás, houve oscilações no âmbito das políticas de desenvolvimento com ou sem componente espacial.

Biblioteca Virtual



Uma ideia sobre isso é proporcionada pelo texto intitulado “Planejamento e promoção do desenvolvimento com dimensão espacial: ênfase na experiência brasileira”, disponível na Biblioteca Virtual.

1.3 BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE FORTES DISPARIDADES SOCIOESPACIAIS

Assim como em termos internacionais, também no Brasil a problemática da dimensão espacial do desenvolvimento ganhou expressão ao longo da segunda metade do século XX. Na base de tal processo está o fato de que, com dimensões continentais e grande diversidade paisagística, cultural e no tocante a recursos, esse país exibe marcadas desigualdades socioespaciais.

A Figura 1.1 ilustra esse aspecto com relação à renda per capita para o ano de 2000, e a Figura 1.2 faz o mesmo com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, sendo considerada em ambos os casos a divisão do território em estados federados. O que emerge dos dois mapas é um país irrecusavelmente desigual, com a Região Sul e parte da Região Sudeste em inegável contraste com as demais regiões, tendo em vista a melhor situação das primeiras.

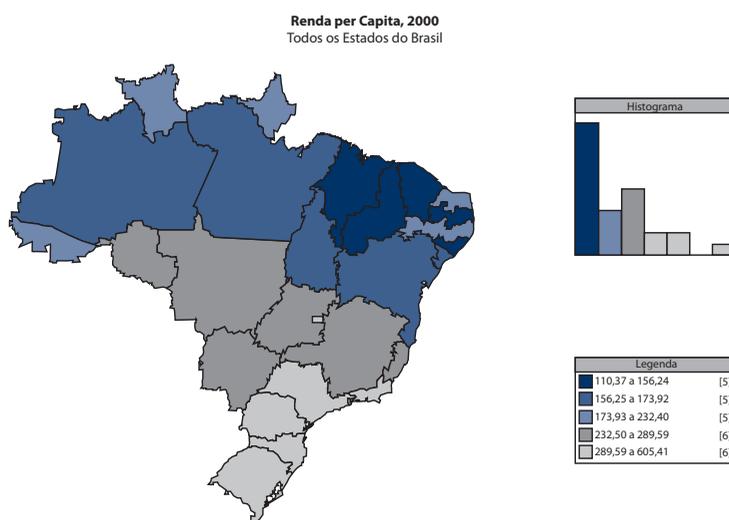


Figura 1.1 – Renda per Capita, 2000.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

O quadro de desigualdades não deixa de guardar relações com a maneira pela qual se deu a ocupação do território brasileiro desde as origens. Durante muito tempo, essa dinâmica se caracterizou por uma incidência bastante restrita ao litoral. Mostrou-se articulada a isso a própria trajetória da economia, pontuada por ciclos de atividades que, a cada período da história, representavam uma utilização mais intensa de recursos específicos, contribuindo para dar contornos à espacialidade da vida socioeconômica nacional.

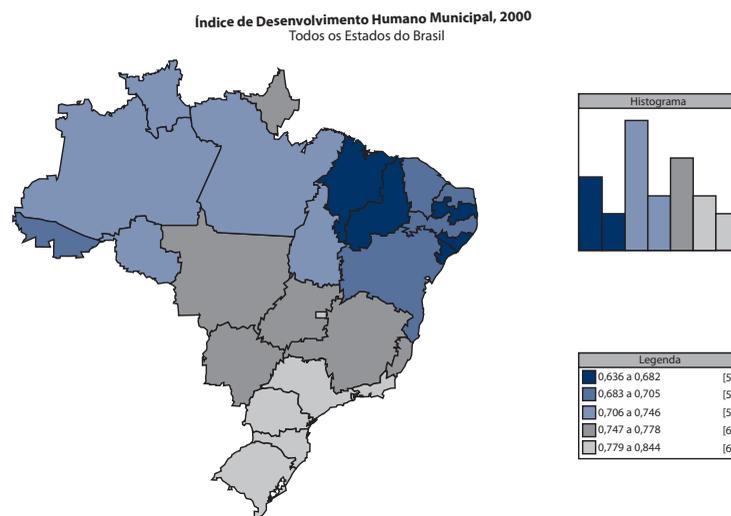


Figura 1.2 – Índice de desenvolvimento humano municipal, 2000
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Mas é a partir da virada do século XIX para o século XX que o problema das discrepâncias inter-regionais emerge como tema de fato proeminente no país. Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado assinala que, nos cinquenta anos entre 1880 e 1930, a expansão da economia cafeeira, dotando a nação de um “sólido núcleo” no Sudeste, redundou em escalada na diferenciação regional dos níveis de renda per capita. A partir da Primeira Guerra Mundial, e sobretudo após os movimentos políticos que marcaram a vida nacional na década de 1930, o crescimento industrial, à reboque da crise da economia cafeeira, acentuou ainda mais as disparidades (FURTADO, 1987).



Realmente, a industrialização progrediu na região correspondente ao núcleo do dinamismo cafeeiro, conferindo ao eixo São Paulo – Rio de Janeiro o caráter de “centro capitalista nacional”, nas palavras de Francisco de Oliveira (1987). A integração do mercado nacional, impulsionada pelas melhorias nos transportes e comunicações, ocorreu sob o comando desse centro e foi decisiva para a modelagem de uma divisão inter-regional do trabalho em escala de país. Como diz o mencionado autor, o essencial do processo de acumulação de capital – investimentos industriais realizados pelas empresas, com envolvimento do setor público tanto em termos produtivos quanto na instalação da infraestrutura econômica relevante – e o comando de tal processo localizaram-se no centro dinâmico nacional. Já nas distintas regiões, principalmente onde havia economias regionais – isto é, processos de circulação econômica

específicos –, a tendência foi que a centralização do dinamismo capitalista no eixo São Paulo – Rio de Janeiro produzisse efeitos de desestruturação e destruição. O Nordeste brasileiro foi especialmente implicado.

Na etapa da expansão industrial que Wilson Cano caracterizou como de “industrialização pesada” (CANO, 1985), relativa ao período iniciado no governo de Juscelino Kubistchek – meados dos anos 1950 –, diferentes autores identificam um aumento das desigualdades regionais. Além do próprio Cano, tal assunto é tratado, por exemplo, por Leonardo Guimarães Neto, que aponta a existência, desde aquela década, de pelo menos dois subperíodos mais ou menos claros nas relações inter-regionais brasileiras (GUIMARÃES NETO, 1997).

Até o começo dos anos 1970, incluindo, portanto, a fase do chamado “milagre econômico” brasileiro (1967-1973), o movimento foi de concentração espacial do crescimento econômico no Sudeste, principalmente no estado de São Paulo. Essa concentração transparece em indicadores dizendo principalmente respeito à participação dos estados e regiões no Valor da Transformação Industrial e no emprego industrial, em escala de país.

Do começo dos anos 1970 até meados dos 1980, abrangendo não só os movimentos ligados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, mas também a desaceleração econômica “pós-milagre”, o processo foi de desconcentração. Esse termo capta o observado espraiamento do dinamismo econômico em distintos estados e em regiões “periféricas”, largamente por conta das atividades de grandes empresas estatais que colocaram em marcha iniciativas de cunho setorial e regional. Documentada por estudos como o de Diniz e Crocco (1996), essa “difusão” industrial transparece no aumento da participação de outros estados, comparativamente ao Sudeste – e particularmente a São Paulo –, nos mencionados indicadores.

De meados dos anos 1980 em diante, e especialmente nos 1990, parece ter arrefecido ou até se esgotado aquele processo de desconcentração. Na base disso figurariam com destaque alguns movimentos ligados à globalização e também os desdobramentos do abandono do modelo de desenvolvimento pilotado pelo Estado, no qual os investimentos públicos e as empresas estatais ocupavam posição de proa.

De todo modo, nos anos 2000, a mídia de circulação nacional divulgou que em localidades da região Nordeste, notadamente em cidades de menor porte, a instalação de novas empresas vindas de outros estados e regiões estaria movimentando as economias locais (SEKEFF, 2000). Particularmente digna

de nota estaria se revelando a capacidade de atração de novos investimentos, e, na esteira disso, a capacidade de atração de pessoas, por parte de cidades e aglomerações urbanas de tamanho médio distantes das grandes superfícies metropolitanas do país (WEINBERG, 2001). Ao que parece, é em cidades desse porte – incluindo Macaé (RJ), Rondonópolis (MT), Caxias do Sul (RS), Anápolis (GO), Sertãozinho (SP) e Campina Grande (PB) – que um dinamismo econômico comparativamente mais acentuado angariou destaque nos inquietantes anos do final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e do início da primeira gestão do presidente Lula (CAIXETA, 2003).

A regra nessas experiências seria uma notável diversidade produtiva, o mesmo traço que fez Cintra (2006) ressaltar recentemente, também em reportagem de amplo alcance, que as taxas de crescimento industrial realmente merecedoras de destaque encontrar-se-iam em focos de expansão incrustados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Assim, talvez a desconcentração do dinamismo econômico não tenha realmente cessado desde os anos 1990, como vários observadores acreditaram. Talvez alguns movimentos nesse sentido continuem a ocorrer, mesmo que perpassados por lógicas distintas das que marcaram os anos 1970 e parte dos 1980. Puxado pelo setor privado, como sugerido pela observação, tal processo estaria se mostrando, no período mais recente, marcadamente “seletivo”, e refletiria não o interesse na promoção do desenvolvimento socioespacial – mesmo que governos estaduais e municipais possam estar operando com esse propósito na atração de atividades –, mas sim o interesse empresarial, próprio dos negócios.

Note-se que falar em envolvimento “seletivo” permite agregar ao tema da desconcentração o problema da fragmentação econômica, nos moldes propostos por Pacheco (1996). Algumas áreas apresentam-se comparativamente mais dinâmicas, quase como “ilhas de prosperidade”, em virtude da forma como evoluiu a sua articulação com o resto do país e mesmo com o exterior. Isso representa aumento da diferenciação em novos termos, em outras escalas territoriais, sobretudo as internas às regiões ou mesmo aos estados. Com efeito, “diferentemente do que se poderia deduzir, a desconcentração não patrocinou uma maior homogeneização do território” (PACHECO, 1996, p. 130).

Esse último ponto leva a uma observação sobre escalas de observação e análise. Sem dúvida, a escala macrorregional segue sendo importante no debate sobre a dimensão espacial do desenvolvimento no Brasil. Notícias de que os anos 2000 estariam assistindo, se não a uma ampla reversão, pelo menos uma

certa mudança no perfil migratório envolvendo o Nordeste e São Paulo – com aparente crescimento dos contingentes que fazem o caminho de volta, como divulgou reportagem de Constantino (2006) –, indicam que essa escala de análise permanece fundamental. O mesmo pode ser dito com referência aos processos que marcaram as últimas duas décadas no tocante à tecnologia, aos investimentos externos diretos e à reestruturação produtiva, de incidência gritantemente maior no Centro-Sul (cf., por exemplo, BRANDÃO, 2004).

Mas parece ser principalmente a análise em uma escala mais fina que permite detectar o quanto a dimensão espacial permanece básica à compreensão dos dramas socioespaciais e à tentativa de desenhar iniciativas capazes, talvez, de mitigá-los.

Só descendo à escala municipal de observação torna-se de fato possível perceber o tamanho do flagelo no semiárido nordestino, mesmo com a existência de programas do Governo Federal ao estilo do Bolsa Família (VILLA, 2006). Só mergulhando na escala estadual de observação torna-se possível aquilatar o significado das disparidades entre as porções norte e sul do Rio Grande do Sul, apresentando-se a parte sul como uma imensa área crivada de municípios que, ao menos no final dos anos 1990, exibiam Índices de Desenvolvimento Humano típicos de áreas problemáticas do Nordeste brasileiro (VAZ, 1999). Essa é a mesma escala de observação que possibilita perceber a lógica de movimentos políticos como o exibido pelos municípios do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, cujas lideranças acalentavam, na segunda metade dos anos 1990, um projeto de autonomia e formação de um novo estado (MARTINS; BATISTA, 1997).

E só a exploração dos labirintos da segregação urbana possibilita evidenciar contrastes como o noticiado por Menezes (2002), ao indicar que nas entranhas da cidade mais rica do país, separadas por meros 40 km, convivem realidades tão díspares como a representada pela Vila Nova Conceição – tida como um dos bairros mais valorizados da capital paulista – e o distrito de Parelheiros – em que se encontra uma aldeia onde índios krukutus falam majoritariamente Guarani e padecem de toda sorte de adversidades. Um dado chama particularmente a atenção nesse caso: na Vila Nova Conceição, a renda média mensal dos chefes de família era de quase R\$ 19 mil; na aldeia, não atingia R\$ 7,00.

O que se falou até aqui nesta seção parece bastar para sustentar o ponto de vista segundo o qual a dimensão espacial do desenvolvimento possui uma relevância evidente no Brasil nessa aurora do século XXI. Isso é particularmente verdade por conta dos desafios e oportunidades representados pela assim chamada globalização.



Biblioteca Virtual



Sobre isso, veja na Biblioteca Virtual o texto intitulado “A gritante atualidade da temática espacial: desafios e oportunidades da globalização”.

Saiba Mais



Saiba mais a respeito consultando as obras:

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto L. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003.

Resumo da unidade:

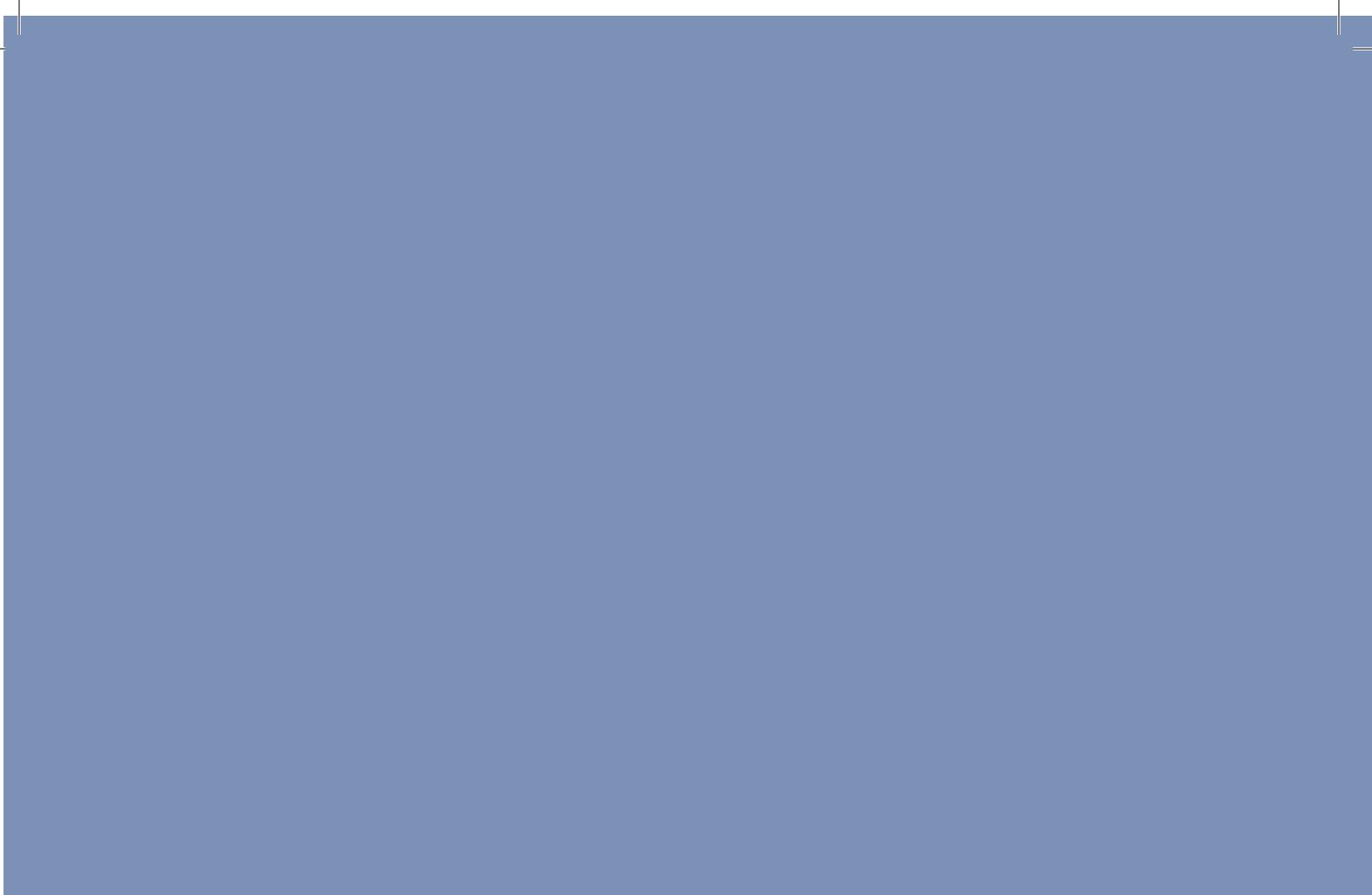
Esta unidade apresentou os alunos à temática central da disciplina. Essa temática refere-se à dimensão espacial do desenvolvimento. Mostrou-se que, no modo como a disciplina foi delineada para este curso, espaço não é uma noção trivial. Ao contrário, o sentido empregado é de espaço como organização espacial da sociedade, mostrando-se o primeiro como tradução/reflexo/produto das relações sociais e, simultaneamente, como condicionante dessas relações, já que, entre outras coisas, as formas espaciais afetam as decisões de investimento. Regiões, de sua parte, são segmentos ou recortes espaciais cujos “conteúdos” apresentam-se diferenciados, conforme os interesses analíticos e os objetivos operacionais. Informou-se também que a área de estudo ligada à dimensão espacial do desenvolvimento consolidou-se na segunda metade do século XX, na esteira das mudanças econômicas e políticas posteriores à Segunda Guerra Mundial, as quais representam uma espécie de “divisor de águas” nos avanços da disciplina, com repercussões na atuação do setor público. Destacou-se igualmente que o Brasil não foi exceção no processo generalizado de entronização da temática socioespacial. A herança de desigualdades registrada por esse país praticamente impôs como estratégico esse campo de reflexão e de formulação de políticas, e os processos testemunhados na segunda metade do século XX só fizeram fortalecer esse caráter, ainda que se tenham vivenciado altos e baixos no percurso cumprido.

Atividade de Aprendizagem – 1



- 1) Observe a realidade imediata da qual você faz parte e reflita sobre como as formas espaciais percebidas traduzem/refletem aspectos da socioeconomia local e regional, e também como tais formas espaciais afetam a socioeconomia, constituindo-se em base de reprodução social. Escreva pelo menos um parágrafo sobre isso, com argumentação.
- 2) Que critérios permitiriam considerar a área onde você vive como uma região, ou como parte de uma região, segundo o seu entendimento? Escreva pelo menos um parágrafo sobre isso, com argumentação.
- 3) Que importantes questões de natureza socioespacial você identifica na “sua” área? O que você indicaria como problemas locais e regionais? Escreva pelo menos um parágrafo sobre a questão, com argumentação.
- 4) Com base na seção 1.3, comente (em uma página) a seguinte frase: “No Brasil, como em outros países, as mudanças econômicas das últimas décadas recolocam com intensidade redobrada a dimensão espacial do desenvolvimento como um importante campo de reflexão acadêmica e de atuação política”.





2

ABORDAGENS SELECIONADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA SUA DIMENSÃO ESPACIAL – I

Esta unidade, cujo conteúdo é complementado pela Unidade 3, sistematiza um conjunto de abordagens sobre a dimensão espacial do desenvolvimento. Trata-se de abordagens teóricas formuladas à luz das condições socioeconômicas e políticas que, de uma forma ou de outra, marcaram os contextos das suas elaborações. São, por conseguinte, além de teóricas, abordagens também “históricas”, algo devidamente sublinhado na exposição.

Um comentário geral mostra-se necessário já no início. Esses recortes analíticos foram selecionados e, portanto, não significam uma integral teorização sobre o assunto, algo, aliás, praticamente impossível numa circunstância como esta. Todavia, a seleção das abordagens foi presidida pelo interesse em proporcionar uma boa visão sobre o assunto, inclusive com realce para a trajetória histórica das formas de análises.

Os conteúdos trabalhados na unidade referem-se às seguintes problemáticas:

- concentração espacial da atividade econômica e desenvolvimento polarizado;
- segmentação dos processos produtivos industriais e divisão espacial do trabalho.

2.1 CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO POLARIZADO

Esta abordagem sobre a dimensão espacial do desenvolvimento tem as suas origens vinculadas aos trabalhos do economista francês François Perroux.

O conceito principal é o de **polo de crescimento**, apresentado em artigo de 1955, uma versão do qual consta de coletânea organizada no Brasil por Faissol na década de 1970 (cf. PERROUX, 1975). O mesmo texto integra um volumoso livro que reúne, se não toda, pelo menos boa parte da produção intelectual daquele autor sobre a problemática do desenvolvimento. O título desse livro, na sua edição portuguesa, é *A economia do século XX* (PERROUX, 1967).

Nascido em 1903 e falecido em 1987. Foi professor do Collège de France, da Universidade de Lyon e da Universidade de Paris.



2.1.1 TERMOS DO DEBATE E POLÍTICAS ASSOCIADAS

A primeira parte de *A economia do século XX*, intitulada “A economia dominante”, expõe o entendimento de Perroux sobre um aspecto da vida econômica contemporânea tida por ele como fundamental.

Tanto quanto redes de trocas, a economia exhibe – e se caracteriza pelo – exercício de poder. Disso decorre a ênfase de Perroux no tema da dominação econômica, visível quando, por exemplo, uma unidade econômica (como uma empresa) influencia/afeta profundamente, até de modo irreversível, outras unidades econômicas.

Derivam dessa formulação duas noções básicas para a presente abordagem sobre a dimensão espacial do desenvolvimento. Essas noções mostram-se encadeadas.

Uma noção concerne à **unidade econômica motriz**, que remete ao protagonista central do aludido exercício de poder. O adjetivo *motriz* indica capacidade de induzir crescimento econômico, transformando estruturas, por meio de interligações (técnicas, econômicas). Na visualização de Perroux, a *unidade econômica* pode ser uma empresa, um conjunto de empresas, uma indústria, um setor ou, ainda, um complexo de indústrias. Nas palavras do autor: “determinada unidade diz-se motriz quando a resultante de todos os esforços que gera é positiva, no sentido de transformar as estruturas por forma a elevar a taxa de crescimento do produto real global e líquido do conjunto considerado” (PERROUX, 1967, p. 193).

Mas o autor usa, numa linguagem de intuito generalizante, a expressão “indústria motriz”, cuidando de esclarecer os traços: “grande indústria moderna; separação dos fatores de produção entre si, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica de tarefas e mecanização” (PERROUX, 1975, p. 101). Trata-se, como não é difícil perceber, de estrutura empresarial “paradigmática” do período subsequente à Segunda Guerra Mundial, quando se consolida o modelo de grande empresa assimilado à corporação norte-americana, marcadamente internacionalizada e com predomínio da grande escala produtiva (DUNNING, 1988).

A outra noção básica é a de **polo de crescimento**, que capta a existência e o funcionamento de atividades motrizes num dado ambiente ou, como Perroux prefere designar, num “campo de forças”. Por conta de tendência geralmente de expansão, a atividade motriz assim localizada mostrar-se-ia capaz de influenciar outras atividades, com as quais se relaciona economicamente, irradiando o crescimento. A razão é que a atividade motriz:

- a) estimularia imitações e/ou inovações;
- b) representaria aumento de lucros em fornecedores ou em clientes;
- c) daria origem a efeitos multiplicadores por meio de relações insumo-produto;
- d) estimularia novos investimentos que poderiam, eles também, resultar em efeitos multiplicadores e de aceleração do crescimento.

Perroux afirma que:

O polo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades. Uma unidade simples ou complexa, uma empresa, uma indústria, um complexo de indústrias dizem-se motrizes quando exercem efeitos de expansão sobre outras unidades que com ela estão em relação (PERROUX, 1967, p. 192).

Essa noção de *polo de crescimento* figura no âmago da presente abordagem sobre a dimensão espacial do desenvolvimento.

Algumas passagens de François Perroux são eloquentes sobre a vinculação entre dinâmica econômica, na perspectiva abraçada por esse autor, e a dimensão espacial do desenvolvimento. Essencial nessa vinculação é o entendimento do autor sobre o caráter desigual, em termos espaciais, do crescimento econômico e do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, contudo, aparece o realce da propagação dos impulsos expansivos e do desenvolvimento, um elemento central dessa construção analítica. Vejam-se as duas citações a seguir:

O fato, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1975, p. 100).

Nem nos países velhos nem – e menos ainda – nos chamados países subdesenvolvidos, o crescimento e o desenvolvimento se repartem uniformemente; manifestam-se, sim, em pontos determinados a partir dos quais se podem propagar efeitos de expansão [...] (PERROUX, 1967, p. 192).

Para Perroux, a concentração geográfica de atividades – em polos, justamente – favorece muito o crescimento econômico e, com as mudanças estruturais propiciadas, o desenvolvimento. A realidade que o autor observa e lhe serve de inspiração leva-o a considerar, de fato, que a “economia do século XX [...] é dominada pela dialética econômica dos *centros industriais e territórios* [...]” (PERROUX, 1967, p. 192, grifo do autor). Daí a referência, no título desta seção, ao binômio “concentração espacial – desenvolvimento polarizado”. Importante na visão apresentada é que:

a unidade motriz gera *efeitos de aglomeração*: reúne atividades complementares que dão lugar a conjunturas cumulativas de ganhos e custos localizados. A realização de meios de transporte e de comunicação provoca, entre as unidades aglomeradas, *efeitos de junção*: aumenta cumulativamente a oferta e a procura, alarga o campo de possibilidades dos produtores locais. Os efeitos de aglomeração e de junção provocam o aparecimento de novas atividades [...] (PERROUX, 1967, p. 193, grifo do autor).

Essa formulação explicativa ou interpretativa da realidade econômica logo passou a figurar como base de políticas e estratégias de desenvolvimento regional em diferentes países, em vários continentes. A rigor, a visão *perrouxiana* sobre o desenvolvimento, no que esta acenava com possibilidades de redução das desigualdades regionais, alcançou um prestígio notável, mostrando-se influente em quase todos os países com problemas de desenvolvimento regional (ver, por exemplo, LAJUGIE; DELFAUD; LACOUR, 1979).

O próprio Perroux considerava que “a noção de polo de desenvolvimento só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise rigorosa e meio de ação de uma política” (PERROUX, 1967, p. 192), uma postulação que reúne o caráter explicativo/interpretativo da sua análise – impregnado no trecho “instrumento de análise rigorosa” – e o caráter, por assim dizer, normativo – que perpassa o trecho “meio de ação de uma política”.

Principalmente nos países menos industrializados, como vários africanos então recém-saídos da condição colonial, e também na América Latina e na Ásia, o mecanismo básico consistia em escolher locais nas regiões subnacionais necessitadas que pudessem abrigar polos de crescimento/desenvolvimento. Note-se que a transposição do conceito *perrouxiano* de polo para o âmbito das políticas regionais teve na formulação de um discípulo de François Perroux, um outro francês chamado Jacques Boudeville, uma contribuição muito importante. **Sem deixar margem a dúvidas, tornando explícito o que até então estava subentendido, Boudeville associou polos a cidades:** “Um polo de crescimento regional é um conjunto de indústrias em expansão localizado em uma área urbana e que induz desenvolvimento de atividades econômicas em toda a sua área de influência” (BOUDEVILLE, 1966, p. 11, apud GORE, 1984, p. 92).

Assim, escolher locais que pudessem abrigar polos traduziu-se em escolher áreas urbanas para as quais investimentos públicos – em infraestrutura e também produtivos – deveriam ser canalizados, com vistas a estimular investimentos privados aptos a inocular/impulsionar processos de crescimento. “Desenvolvimento polarizado” significaria, assim, o resultado – quer dizer, crescimento acompanhado de mudança – incidente no território sob a influência do polo, este correspondendo a uma área urbana.

Como se vê, **a propagação é o mecanismo central**: o próprio Perroux adverte que o “crescimento e o desenvolvimento de um *conjunto* de territórios e de populações não serão [...] conseguidos senão através da *organização consciente do meio de propagação* dos efeitos do polo de desenvolvimento” (PERROUX, 1967, p. 194, grifo do autor).

Entretanto, em que pese a disseminação desse tipo de política, o “balanço” das experiências internacionais não é muito animador. Entre os motivos das frustrações tem sido apontada uma má escolha de setores industriais para funcionar como “indústrias motrizes” em áreas carentes de dinamização econômica. Por exemplo, na Itália, um dos países europeus em que o enfrentamento dos problemas vivenciados pelas regiões mais problemáticas – assimiladas principalmente ao Sul italiano – baseou-se fortemente, desde os anos 1960, em estratégias de polos, os instalados complexos industriais, ao estilo dos petroquímicos e siderúrgicos, foram rapidamente apelidados de “catedrais no deserto”. Motivo: uma absoluta escassez (para dizer o mínimo) de vínculos com o tecido econômico local, incapaz de “dialogar” economicamente com esse tipo de atividade industrial.

Mas também o fato de a industrialização de regiões deprimidas ter sido tentada pela atração de filiais de grandes empresas extrarregionais (ou até multinacionais) contribuiu para os limitados resultados em termos de estabelecimento ou fortalecimento de vínculos locais. Tal limitação comprometeu a propagação dos impulsos de crescimento e, por extensão, os avanços em matéria de inovação (voltar-se-á a essa questão posteriormente, na segunda seção desta unidade).

Palavra do Professor

Entretanto, há críticas à própria teoria, e não só às tentativas de operacionalização. Por exemplo, como destacou Tolosa (1974), a abordagem de Perroux não esclarece o que exatamente deve ou pode ser considerado um polo de crescimento/desenvolvimento, no que respeita às dimensões. Uma grande cidade? Também uma cidade média, ou mesmo pequena? Um eixo urbano-industrial (como o formado por São Paulo e Rio de Janeiro) pode ser visto como polo? Haveria um tamanho mínimo a ser observado? Enfim, há um conjunto de indagações aparentemente importantes para a utilização prática da teoria que não encontram respostas na formulação *perrouxiana*.

Além de tudo isso, as próprias forças da economia podem solapar as possibilidades de irradiação do dinamismo econômico. Para tocar nesse assunto é importante recorrer às contribuições de dois outros autores: [Gunnar Myrdal](#) e [Albert Otto Hirschman](#).

Gunnar Myrdal: economista sueco nascido em 1898 e falecido em 1987.

Albert Otto Hirschman: economista alemão nascido em 1915.

Ambos, Myrdal e Hirschman, reconhecem que entre áreas dinâmicas (como polos) e seus entornos, ou entre regiões mais ricas e regiões economicamente deprimidas, podem ocorrer efeitos de propagação do dinamismo econômico em benefício de espaços periféricos ou regiões carentes. Para dar conta disso, o primeiro autor utiliza a expressão “efeitos propulsores centrífugos” (MYRDAL, 1968), e o segundo autor, “efeitos fluentes” (HIRSCHMAN, 1961).

Mas Myrdal e Hirschman admitem igualmente que “efeitos regressivos da expansão” (conforme a denominação de Myrdal) ou “efeitos de polarização” (na formulação de Hirschman) podem se instalar. Tais efeitos implicam resultados negativos para os entornos ou regiões deprimidas que mantêm relações com polos ou regiões dinâmicas. Esses resultados envolvem movimentos de “drenagem” dos recursos, com atração de trabalhadores – atração geralmente associada aos contingentes mais jovens e mais qualificados, com maior horizonte de realizações – e de capitais, prejudicando os espaços necessitados. Envolvem também a concorrência exercida pelos processos produtivos das áreas mais dinâmicas, processos que são mais competitivos, junto aos produtores da periferia dos polos ou das regiões mais pobres, afetando-as irrecusavelmente.

Desse modo, as possibilidades das áreas menos favorecidas mostrar-se-iam dependentes do jogo de forças entre efeitos propulsores centrífugos ou efeitos fluentes, de um lado, e efeitos regressivos da expansão ou efeitos de polarização, de outro lado. Myrdal diz que nos países menos industrializados tendem a ser mais fracos os efeitos propulsores, o que significa que:

o livre jogo das forças do mercado em um país pobre funcionará mais poderosamente no sentido de criar desigualdades regionais e de ampliar as existentes. O fato de um baixo nível de desenvolvimento econômico ser acompanhado, em geral, por grandes desigualdades econômicas representa, por si só, grande obstáculo ao progresso (MYRDAL, 1968, p. 63).

Esse é um tipo de circunstância que, na perspectiva de Hirschman, exige decisivo envolvimento do setor público. Nas suas palavras: “se as forças do mercado, expressas através dos efeitos fluentes e de polarização, resultarem na vitória temporária dos últimos, a política econômica intervencionista entrará em cena para corrigir a situação” (HIRSCHMAN, 1961, p. 285).

Pode-se considerar, assim, que uma política de desenvolvimento regional baseada na teorização sobre polos de crescimento/desenvolvimento há de abranger mais do que somente a criação de polos nas áreas necessitadas de revitalização econômica. Promover os efeitos fluentes ou os efeitos propulsores centrífugos e inibir/coibir os efeitos de polarização ou os efeitos regressivos da expansão constituem, igualmente, um decisivo campo de atuação.

2.1.2 UM BREVE OLHAR SOBRE O BRASIL

Na terceira seção da Unidade 1, assinalou-se que na década de 1970 o Brasil experimentou um processo de desconcentração do dinamismo econômico que se traduziu em espraiamento de atividades industriais em estados distantes do eixo formado por São Paulo e Rio de Janeiro e em regiões “periféricas” do território nacional. Falou-se que esse movimento apresentava-se largamente vinculado, embora sem exclusividade, à distribuição das atividades de grandes empresas estatais que, para aproveitar recursos em diferentes localizações e engajar-se em iniciativas de desenvolvimento regional, implementaram medidas de natureza setorial e regional.

As estruturas correspondentes às superintendências de desenvolvimento regional tiveram ampla participação nesse processo, e a região Nordeste foi particularmente envolvida. Como substrato conceitual, a problemática dos polos de crescimento/desenvolvimento figurou em destaque no aludido movimento. Observe-se a citação abaixo, de Wanderley Costa:

O primeiro Plano Diretor da SUDENE, e de certo modo os que o sucederam, visava, basicamente, promover o desenvolvimento da região [Nordeste] através de uma agressiva política de fomento à industrialização, como forma de substituir a economia agroexportadora por um novo polo dinâmico representado pelas atividades industriais modernas. [...] Dentro dessa estratégia, procurar-se-ia centrar os estímulos governamentais [...] em investimentos dirigidos aos setores de base da estrutura industrial (principalmente siderúrgicas), procurando, através desse tipo de indústria, irradiar o seu dinamismo aos demais setores (COSTA, 1988, p. 57).

Como se vê, a aludida “liturgia” guardava vínculos estreitos com a formulação de políticas de desenvolvimento regional baseadas no ideário dos polos *perrouxianos* observados no cenário internacional. Com efeito, a configuração de polos marcou fortemente as opções de planejamento do desenvolvimento regional ao longo do período marcado por governos militares no país, desde o início dos anos 1960 até meados dos 1980.

Mas também no Brasil as experiências escoradas na ideia de polo deram margens a apreciações críticas. No que concerne ao Nordeste, por exemplo, reconhece-se ter havido avanço industrial, mas não se deixou de assinalar que tal crescimento deu-se em meio ao fortalecimento de relações de complementaridade com a região Sudeste, implicando laços de dependência.

Houve igualmente críticas ligadas ao fato de setores/atividades intensivos em capital, do que constitui ilustração a petroquímica, exibirem menor capacidade relativa de absorção dos excedentes de mão de obra regionais. A absorção desses excedentes aparece frequentemente assinalada como um objetivo central



das políticas regionais para o Nordeste. Ora, a perenidade do fluxo migratório rumo ao Centro-Sul, observado ao longo das décadas, é eloquente a respeito do quanto a observada expansão industrial foi incapaz de equacionar o problema.

Seja como for, a “filosofia” da promoção do desenvolvimento local e regional por meio de polos – “filosofia” na qual os vetores do desenvolvimento se mostram exógenos, visto que associados a investimentos/capacidades produtivas provenientes de fora das regiões objeto da política de desenvolvimento – seguiu marcando presença no Brasil. Isso é observado não obstante o prestígio desse tipo de proposta, com a sua subjacente teorização, não ter sido preservado internacionalmente com a mesma intensidade, como ocorria nas décadas de 1960 e 1970.



A tentativa de atrair atividades da indústria automobilística – montadoras de veículos e fornecedores de autopeças e componentes –, no bojo da guerra fiscal que marcou a segunda metade dos anos 1990 no Brasil, obedeceu, pode-se dizer, a esse tipo de lógica. Assim cabe assinalar, por exemplo, o surgimento do Polo Automotivo da Região Metropolitana de Curitiba (LINS, 2007a), a instalação de uma fábrica da General Motors em Gravataí, na área de Porto Alegre (acompanhada de fornecedores), e também a instalação de uma unidade da Ford em Camaçari, na Bahia, igualmente seguida por fornecedores.

2.2 SEGMENTAÇÃO PRODUTIVA E DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO

Assim como a abordagem perpassada pela noção de polo de crescimento/ desenvolvimento foi influenciada pelo contexto em que ocorreu a formulação das suas principais noções, também o enfoque sobre a dimensão espacial do desenvolvimento que focaliza a segmentação produtiva ligada à divisão espacial do trabalho reflete a percepção de traços básicos do funcionamento da economia numa conjuntura específica. Essa conjuntura refere-se, fundamentalmente, ao crescimento econômico acelerado que marcou as décadas de 1950 e 1960 em diferentes países, um crescimento que alguns economistas associam analiticamente à vigência, nessas realidades nacionais, de um modelo de desenvolvimento “fordista” (cf., por exemplo, GLYN et al., 1990).

Para o que aqui interessa, é suficiente assinalar que na esfera produtiva o “modelo fordista” caracterizava-se pela primordial presença de grandes empresas que, nos setores em que isto é possível e vantajoso (principalmente setores de bens de consumo durável, como automóveis e eletrodomésticos, mas também setores de bens não duráveis), produziam de forma padronizada e em larga escala – uma produção de massa – em estabelecimentos de grande porte. Essas estruturas empresariais apresentavam-se, como segue ocorrendo em muitos casos, com grandes dimensões, na forma de empresas com múltiplos estabelecimentos comandados por unidades de controle e tomada de decisões cuja localização não se confunde necessariamente com as regiões (ou países) onde ocorrem as atividades produtivas.

Foi observando esse tipo de estrutura e a distribuição espacial das suas atividades que, principalmente durante a década de 1970 (mas com desdobramentos posteriores), diferentes autores elaboraram a abordagem de que trata esta seção. Dois desses autores são Alain Lipietz, economista francês, e Doreen Massey, geógrafa inglesa. Boa parte do que segue baseia-se nas contribuições de ambos, marcadamente críticas sobre o modo como o capital incorpora o espaço nas suas decisões sobre organização produtiva e localização industrial.

2.2.1 TERMOS DO DEBATE E POLÍTICAS ASSOCIADAS

O enfoque em questão associa a organização da produção, especificamente no tocante às atividades industriais, com a organização espacial. Dessa associação, derivam-se considerações sobre o desenvolvimento em escala local e regional.

Um importante demarcador analítico, em Lipietz (1988a, 1988b) e em Massey (1979, 1984), reside na organização do processo produtivo e do trabalho, relativamente ao modo como tal organização se apresentou ao longo do século XX em distintas atividades industriais. Assimilada à disseminação de técnicas tayloristas e fordistas – em que se destacam o aprofundamento do maquinismo, a aceleração das cadências, a exacerbada divisão técnica do trabalho, com polarização entre supervisores e uma massa de trabalhadores que, ao ritmo ditado pelo próprio sistema de máquinas, realizam tarefas específicas e predefinidas –, essa organização permite a distribuição geográfica das várias etapas dos processos produtivos. **Mais do que permite, sob certas condições essa organização impulsiona tal distribuição.**

A noção-chave que, em Lipietz, permite captar a referida distribuição geográfica, é a de “circuito de ramo”. Do que se trata? Trata-se de uma formulação

estilizada sobre a estratégia do grande capital – grande capital designando grandes estruturas produtivas, notadamente empresas multiestabelecimentos – relativamente à incorporação, no seu desdobramento geográfico, das diferenças inter-regionais (em distintas escalas, seja a das regiões subnacionais, seja a dos países) surgidas na própria trajetória do capitalismo. Lipietz expressa-se sobre o assunto falando em

especialização sincrônica (desdobrada sobre um plano, ou melhor, uma esfera) dos diversos tipos de trabalho que concorrem para os processos de produção que se entrecruzam no ramo. No mesmo tempo teórico, a ‘pesquisa e desenvolvimento’ prossegue nos grandes centros de engenharia, a indústria de precisão nas regiões com bom meio industrial e o trabalho totalmente banalizado lá onde a mão-de-obra é a menos cara [...] (LIPIETZ, 1988a, p. 97, grifo do autor).

A associação entre questões de organização industrial e de geografia econômica é clara nessa abordagem.

Na estilização de Lipietz, e para os fins analíticos aos quais se propõe o autor, as regiões podem ser classificadas em três tipos:

- I. as que apresentam um forte meio tecnológico, com ligações estreitas entre os centros de negócios, os centros de engenharia e os estabelecimentos de pesquisas e de ensino tecnológico e científico. Nelas, as ‘externalidades’ (em relação aos ramos) são intensas e o valor da força de trabalho, assim como a fração qualificada da mão-de-obra, são importantes.
- II. As que apresentam uma densidade de mão-de-obra qualificada (técnicos, operários qualificados), o que supõe uma tradição industrial correspondendo ao menos ao estágio da grande indústria e um valor médio da força de trabalho.
- III. As que apresentam reservas de mão-de-obra que se pode considerar como não-qualificada e com valor de produção muito baixo, porque são produzidas pela dissolução de outros modos [de produção] ou pelo declínio de indústrias obsoletas, correspondentes a um estágio (sic) anterior da divisão do trabalho (LIPIETZ, 1988a, p. 98-99).

Frente a uma “geografia” assim caracterizada, fruto da trajetória histórica do capitalismo:

Os circuitos de ramos [...] atribuem a direção do processo de trabalho (engenharia) e de valorização [do capital] a uma região I, a fabricação qualificada a uma região II e a montagem desqualificada [de produtos] a uma região III, e isto independentemente do centro de gravidade do consumo do produto final (em geral, a região I) (LIPIETZ, 1988a, p. 99).

Observe-se que essa formulação tem-se mostrado útil não somente para a análise das relações entre regiões subnacionais, isto é, no âmbito de um mesmo território nacional. Lança-se mão desse enfoque também em estudos sobre a dinâmica internacional da indústria, quer dizer, dinâmica envolvendo relações entre países (LIPIETZ, 1988b).



A expressão que capta parte dos aspectos e reflexos da testemunhada internacionalização produtiva é “divisão internacional do trabalho”. No seio desta, diferentes países da comunidade internacional concentram com maior intensidade comparativa segmentos específicos dos processos produtivos. Como ilustração, as atividades de pesquisa e desenvolvimento apresentam-se mais concentradas nos países mais ricos, e as atividades de montagem final de produtos, nos países onde o custo da força de trabalho é mais baixo e a organização dos trabalhadores é mais fraca.

Ainda evocando a dimensão internacional da análise, cabe também assinalar os estudos sobre cadeias globais de mercadorias. Essas cadeias são grandes redes de produção e troca que atravessam fronteiras nacionais e envolvem numerosas empresas, de diferentes tamanhos, implicadas em variados tipos de atividades dizendo respeito a um mesmo tipo de produto, como automóveis e artigos de vestuário. Nas palavras de um dos principais pesquisadores sobre o assunto, tais cadeias são conjuntos de “atividades envolvidas no *design*, na produção e na comercialização de um produto” (GEREFFI, 1999, p. 1), mostrando-se “enraizadas em sistemas transnacionais de produção que ligam as atividades econômicas das firmas às redes tecnológicas, organizacionais e institucionais usadas para desenvolver, fabricar e comercializar mercadorias específicas” (GEREFFI, 1995, p. 113).

Tendo geralmente à frente, no que concerne ao comando, empresas multinacionais, essas redes são hierarquizadas. Os países das zonas centrais da economia mundial concentram as atividades mais sofisticadas e que representam resultados econômicos mais expressivos (lucratividade, níveis de salários), os países das zonas periféricas concentram as atividades de menor intensidade tecnológica e resultados econômicos comparativamente menores, e os países das zonas intermediárias exibem combinações desses dois tipos de atividades. Como se observa, está-se diante de uma divisão internacional do trabalho que é também, naturalmente, uma divisão espacial do trabalho. Uma ilustração,

no Brasil, de envolvimento regional em tramas de vínculos dessa natureza pode ser encontrada no Nordeste, onde diversas localidades constituem focos de produção de artigos de vestuário para grifes de alto padrão (como por exemplo Diesel, Donna Karan) cujos principais destinos são os mercados dos países centrais (LIMA, 2005). A mão de obra barata é um atrativo básico, certamente o maior, para as empresas internacionais que distribuem em regiões desse tipo a produção dos artigos que comercializam.

É importante assinalar que, esteja o foco da análise nas relações internacionais ou – sobretudo – nas relações inter-regionais, em nível de país específico, considera-se nessa perspectiva que

a localização da produção dá forma à geografia, mas a configuração geográfica desenvolvida historicamente segundo as exigências da acumulação influencia a orientação espacial do sistema produtivo. Esquemáticamente, pode-se dizer que o processo histórico da acumulação pode se revelar como uma série de circuitos de novos investimentos, os quais utilizam a distribuição geográfica das condições favoráveis à produção conforme as necessidades desta a cada momento. Cada novo circuito se distribui, assim, sobre um espaço concreto produzido pela própria dinâmica acumulativa (LINS, 1988, p. 156).

A alusão aos circuitos de novos investimentos na citação acima remete principalmente às contribuições de Doreen Massey. Essa autora utiliza uma espécie de metáfora geológica ao falar, tanto quanto sobre circuitos de novos investimentos realizados ao longo do tempo, também em “camadas” de configurações espaciais que simultaneamente resultam de tais investimentos e os influenciam (ver as considerações sobre o espaço como tradução/resultado das relações sociais e como condicionante/determinante dessas relações, na seção 1.1.1).

Mas o trabalho de Massey é também importante pelo que permite visualizar sobre a multiplicidade de formas espaciais da produção industrial, quer dizer, de divisões espaciais do trabalho. De fato, “as relações de produção podem ser organizadas espacialmente numa variedade de diferentes formas” (MASSEY, 1984, p. 76), e falar sobre isso representa modo de assinalar a “complexidade com a qual a análise empírica se depara” (MASSEY, 1984, p. 76).

A configuração espacial típica dos circuitos de ramo, conforme a formulação de Lipietz, é evocada na Figura 2.1, que esboça a situação de uma companhia multiestabelecimentos protagonizando uma estratégia multilocacional, com distribuição de atividades ou funções entre as diferentes unidades. Dois tipos de hierarquia, ou de feixes de hierarquia, são visíveis. Há uma **hierarquia administrativa** que se traduz nas conexões entre Quartel General (QG) e

Filiais, envolvendo funções de controle administrativo e financeiro que abrangem decisões sobre investimentos e sobre a produção e o trabalho. E há uma **hierarquia no próprio processo produtivo**: por exemplo, separação entre pesquisa e desenvolvimento, produção de componentes de maior complexidade tecnológica e montagem final dos produtos, em localizações separadas, específicas, sob um mesmo controle geral.

Tanto o QG como as Filiais apresentam atividades de administração e controle. Mas enquanto nas segundas o exercício dessas atividades limita-se a cada uma das próprias unidades, no QG toda a estrutura multiestabelecimentos tende a ser recoberta pela referida prática de administração e controle, que atravessa a indicada hierarquia. A hierarquia em termos produtivos coloca a Filial que aparece mais abaixo na figura em posição “inferior” frente à outra filial (para a qual fornece e da qual recebe impulsos produtivos) e, obviamente, frente ao QG. Com claros reflexos sociais (para os trabalhadores) e regionais (no tocante, entre outras coisas, à capacidade de “vertebrar” estruturas produtivas territorializadas), trata-se de tipo de estrutura observada na indústria eletrônica, entre outras.

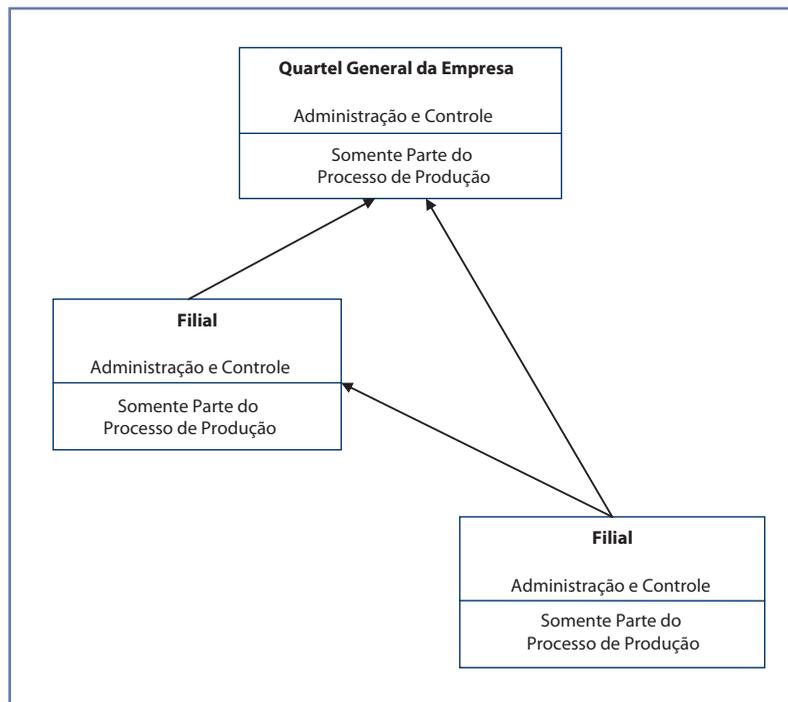


Figura 2.1 – Organização espacial da produção com segmentação produtiva entre unidades e locais.
Fonte: Adaptado de Massey (1984).

Mas essa é só uma das formas possíveis de organização produtiva com repercussões espaciais, no que se refere à operação de grandes empresas multiestabelecimentos que adotam estratégias multilocacionais. A Figura 2.2 apresenta uma estrutura de relações entre QG e Filiais na qual as regiões envolvidas abrigam não segmentos da produção, como na ilustração anterior, mas a totalidade dos processos produtivos. É estrutura típica de grande empresa que possui diferentes linhas de produtos, linhas bem marcadas e com escassa (se tanto) conexão técnica entre si.

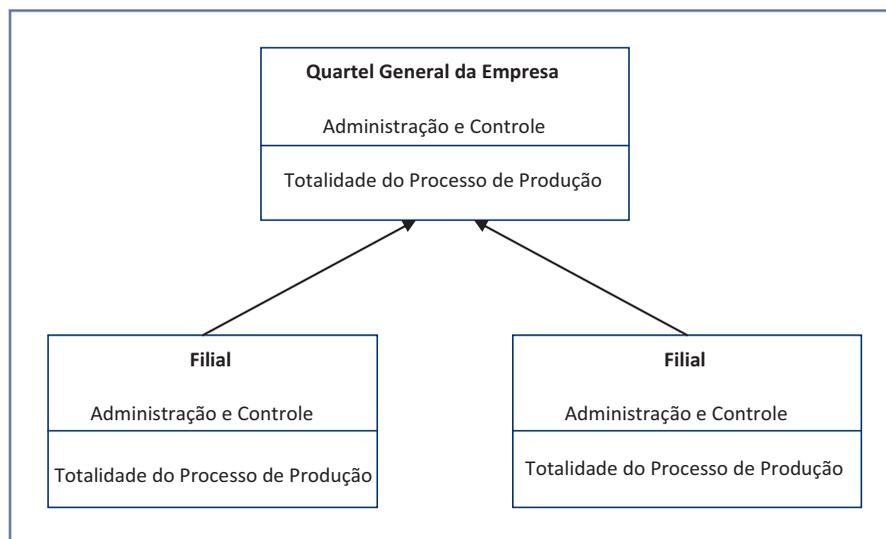


Figura 2.2 – Organização espacial da produção com a totalidade dos processos concentrados nos mesmos locais e unidades.

Fonte: Adaptado de Massey (1984).

Nesse caso há apenas uma hierarquia, e esta diz respeito à administração de funções. Para uma mesma linha de produto, o “processo de produção permanece geograficamente indiferenciado. Pode haver divisão do trabalho na produção, mas, por alguma razão, as várias tarefas são mantidas juntas em um local, ou pode não haver uma divisão técnica do trabalho muito marcada no processo produtivo que pertence a um único capital” (MASSEY, 1984, p. 74-75). Constituem também ilustrações as companhias multiplantas que manufaturam bens finais sob a necessidade de produzir muito perto do mercado: em diferentes lugares ocorre repetição das mesmas estruturas representadas pelas unidades de fabricação. A indústria do vestuário oferece exemplos, embora em tal setor sejam também observadas grandes estruturas empresariais (como a Nike, por exemplo) que ostentam segmentação produtiva, nos moldes aludidos anteriormente.

A recriação de desigualdades socioespaciais, como decorrência de estratégias desse tipo (circuitos de ramo), é problema que interessa de corpo inteiro a quem se ocupa do desenvolvimento na sua dimensão espacial. Mas, naturalmente, a “questão regional” central nas configurações produtivas e espaciais modeladas pelos circuitos de ramo e pela respectiva divisão espacial do trabalho diz respeito, antes de tudo, às áreas envolvidas como espaços de produção com baixa intensidade tecnológica e baixos salários. É principalmente nessas áreas – por assim dizer “periféricas” – que se mostram relevantes as considerações sobre a dimensão espacial do desenvolvimento que emergem do debate sobre o sentido de divisão espacial do trabalho.

Na argumentação de Lipietz, essas áreas são incorporadas pelas grandes empresas, no desdobramento geográfico das suas atividades, justamente porque oferecem vantagens ligadas a tais características, próprias da condição “periférica”. Tendem a ser, portanto, localizações para fabricação de produtos finais, sem representar mercados para as empresas. Daí que estas, ao instalarem unidades de produção em tais ambientes, não buscam, via de regra, o estabelecimento de vínculos locais.

Com efeito, essas unidades são geralmente filiais que se inserem em estruturas multirregionais de fluxos de produtos e de tomadas de decisões. Isso significa manutenção de relações com outros centros de fornecimento de matérias-primas e produtos semiacabados, e também com mercados e indústrias situados “abaixo” no ramo industrial. De outro lado, a importância do baixo custo da mão de obra como fator locacional conspiraria contra um tipo de conduta, por parte das empresas que buscam regiões do tipo III – no sentido de Lipietz –, capaz de contribuir para o adensamento do tecido produtivo local, pois tal adensamento provavelmente acabaria por elevar o nível dos salários.

É fácil perceber que, tendencialmente, essas filiais reúnem poucas condições para atuar como unidades motrizes ao estilo do que se contempla na abordagem dos polos de crescimento/desenvolvimento, conforme tratado. Adicionalmente, isso acena com o aprofundamento da dependência local em relação a processos de tomada de decisão protagonizados alhures, retirando cada vez mais da esfera local a capacidade de agir de um modo relevante e conseqüente com respeito a questões centrais para as estruturas desses ambientes.



Contudo, é possível ocorrer algum grau de fortalecimento do tecido econômico das áreas ou regiões que recebem filiais de empresas multiestabelecimentos com origem extrarregional. Além da própria conduta da empresa e também da unidade produtiva assim instalada, a capacidade de aprendizagem local e a estrutura do tecido econômico da área anfitriã têm influência nesse processo,

que necessariamente – quando acontece – requer tempo para gerar resultados. Parece essencial, com efeito, que a localidade ou região se mostre capaz de “capitalizar” a presença, durante um longo período, de atividades que na maioria das experiências são pouco propensas a contribuir para o adensamento do tecido produtivo dos espaços “periféricos”.

De todo modo, o papel das instituições locais, com atuações enfeixadas em políticas para o desenvolvimento industrial e local/regional, parece estratégico para que resultados com esse perfil possam se produzir, quer dizer, resultados positivos quanto ao adensamento econômico e o desenvolvimento sustentado. Evitar que as filiais operem como “enclaves”, feis tão somente ao atrativo representado pela oferta local de mão de obra abundante, pouco sindicalizada e de baixo custo, constitui, sem dúvida, um importante objetivo de política de desenvolvimento local e regional.

2.2.2 UM BREVE OLHAR SOBRE O BRASIL

A temática da segmentação produtiva e da associada divisão espacial do trabalho apresenta-se de diferentes maneiras no Brasil. Pode ser observada, por exemplo, no movimento experimentado pela cidade de São Paulo, no início da década de 1990, envolvendo o fortalecimento daquele tecido urbano como local privilegiado de localização dos quartéis gerais de grandes empresas industriais e de bancos (NOVO..., 1990).

Isso ocorria ao mesmo tempo em que problemas como “infra-estrutura deficiente, comunicações difíceis, grande distância entre as fábricas e as moradias dos operários, descontrole ambiental e até o movimento sindical” (OLIVEIRA, J., 1992, p. 10) estimulavam a desconcentração produtiva, principalmente em direção ao interior do estado de São Paulo, mas também rumo ao sul de Minas Gerais e ao norte do Paraná. A imagem sugerida é a do fortalecimento de São Paulo como “região de tipo I”, na terminologia empregada por Lipietz, acompanhado da transferência de funções próprias de “regiões de tipo II” e, sobretudo, de “regiões de tipo III”.

Essa temática pode ser observada igualmente no amplo processo de desconcentração industrial que caracterizou o cenário produtivo brasileiro a partir de meados da década de 1970, como assinalado na seção 1.3. Diferentes estudos sobre esse processo sublinharam o caráter de “expansão” do centro paulista. Muitas das atividades transferidas para outros estados ou regiões referiam-se

a unidades produtivas de estruturas empresariais que conservaram as suas esferas de comando nas localizações de origem, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo.

De outra parte, também merece realce nessa perspectiva de análise o deslocamento de atividades intensivas em mão de obra, como as de produção têxtil e vestuária e calçadista, do Centro-Sul do país para localizações em estados da região Nordeste (Ceará, Paraíba). Esse deslocamento ocorreu em dois grandes surtos. Um no começo dos anos 1990, quando a redução das alíquotas de importação forçou as empresas a buscar menores custos de produção, particularmente custos salariais. O outro surto ocorreu na segunda metade daquela década, quando a política de câmbio do Plano Real amplificou os efeitos da abertura comercial via redução das alíquotas. Nesse período, não só a pressão competitiva nos mercados internos foi mantida ou se intensificou; as dificuldades para exportar se aprofundaram, o que estimulou ainda mais os deslocamentos das atividades (COSTA; FLIGENSPAN, 1998).

Também a indústria automobilística permite considerações a respeito do assunto no Brasil. Essa indústria se reorganizou geograficamente na esteira de vultosos investimentos realizados desde a segunda metade dos anos 1990. A reorganização implicou expansão fora das áreas (estados, regiões) tradicionalmente ligadas à produção automotiva, ampliando a trama de vínculos envolvendo fluxos de peças e componentes sobre o território nacional. Estruturas com esse perfil desdobraram-se igualmente no Mercosul, onde se registrou crescimento de fluxos que denotavam complementaridade produtiva e comercial.

Saiba Mais

Para saber mais:

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FAISSOL, Speridião (Org.). *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988a.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Morais Editora, 1967.

Resumo da unidade:

Esta unidade permitiu conhecer duas abordagens sobre a dimensão espacial do desenvolvimento: a do desenvolvimento polarizado, cujo elemento central é a propagação de impulsos de crescimento desde as áreas de concentração de atividades até os limites das superfícies sob a influência dos polos, e a da divisão espacial do trabalho, vinculada à estratégia de circuitos de ramo praticada pelo grande capital (grandes empresas, essencialmente). A abordagem do desenvolvimento polarizado foi especialmente influente, haja vista a sua sedução – incrustada na ideia de difusão da expansão econômica, promovendo o desenvolvimento – em países às voltas com problemas de desigualdades regionais. Assim, e apesar das frustrações, essa visão sobre a dimensão espacial do desenvolvimento marcou profundamente as políticas de desenvolvimento regional durante décadas, inclusive no Brasil. A abordagem da divisão espacial do trabalho, de sua parte, exhibe importância sobretudo analítica – revela-se uma construção principalmente “explicativo-interpretativa” – a respeito da realidade socioeconômica. Particularmente no marco da chamada globalização, trata-se de esquema de análise que ilumina importantes aspectos das relações entre economia e espaço, em diferentes escalas (plano internacional, nível das regiões subnacionais), mostrando-se útil, portanto, ao estudo das desigualdades socioespaciais de desenvolvimento, inclusive em países como o Brasil.

Atividade de Aprendizagem – 2



- 1) Com base na primeira seção desta unidade, apresente, em texto não maior do que uma página, as principais noções do enfoque em termos de desenvolvimento polarizado, destacando o mecanismo básico desse desenvolvimento, conforme a formulação de François Perroux.
- 2) De acordo com a sua leitura, por que se pode dizer que as possibilidades de desenvolvimento das regiões economicamente deprimidas e pertencentes a arco de influência de polos e/ou regiões dinâmicas dependem do jogo de forças entre efeitos fluentes ou efeitos propulsores centrífugos, de uma parte, e efeitos de polarização ou efeitos regressivos da expansão, de outra parte? Escreva sobre o assunto um texto não maior do que uma página, com argumentação.
- 3) Reflita sobre a realidade imediata da qual você faz parte (em escala local ou regional) e, apoiado ou não em (breve) pesquisa bibliográfica, documental ou feita na internet, fale sobre o quanto a abordagem em termos de desenvolvimento polarizado permite captar aspectos importantes da situação local. Sustente a sua posição, com argumentos, em texto que não ocupe mais do que uma página.
- 4) Explique, baseado na segunda seção desta unidade, e em texto que não ultrapasse uma página, o significado da expressão “divisão espacial do trabalho”, assinalando e analisando as condições de contexto que envolveram a formulação do correspondente enfoque sobre a dimensão espacial do desenvolvimento.

- 5) Por que se pode dizer, com base nas ideias de Alain Lipietz, que, ao lado do problema relativo ao incessante movimento de recriação das desigualdades regionais, as estratégias do grande capital na forma de circuitos de ramo produzem “questões socioespaciais” agudas em regiões de tipo III, principalmente? Escreva pelo menos um parágrafo, e não mais do que uma página, sobre isso.

- 6) Reflita sobre a realidade imediata da qual você faz parte (em escala local ou regional) e, apoiado ou não em (breve) pesquisa bibliográfica, documental ou feita na internet, fale sobre o quanto a abordagem em termos de divisão espacial do trabalho vinculada a circuitos de ramo permite captar aspectos importantes da situação local. Sustente a sua posição, com argumentos, em texto que não ocupe mais do que uma página.





3

ABORDAGENS SELECIONADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA SUA DIMENSÃO ESPACIAL – II

Esta unidade complementa os conteúdos tratados na Unidade 2. Os assuntos aqui abordados são os seguintes:

- produção “flexível”, ou “pós-fordista”, em aglomerações industriais especializadas, com derivação para abordagem de realidades rurais;
- desenvolvimento local e endógeno como “paradigma”.

3.1 PRODUÇÃO “FLEXÍVEL” EM AGLOMERAÇÕES ESPECIALIZADAS

Falar de produção “flexível” em aglomerações especializadas significa referir a um tipo de abordagem sobre a dimensão espacial do desenvolvimento que ganhou vulto a partir do final dos anos 1970 ou início dos 1980. Economicamente, o contexto internacional do período era marcado, falando em termos muito gerais, pelo esgotamento da expansão posterior à Segunda Guerra Mundial (uma expansão interpretada por alguns como “fordista”, conforme se falou na Unidade 2), agravando as dificuldades para as empresas – defrontadas com a exacerbação da concorrência, crescentemente baseada na qualidade e na diferenciação dos produtos, em clima de segmentação e volatilidade dos mercados – e para os governos, cada vez mais submetidos a importantes restrições financeiras.



Mas o contexto também incluía importantes avanços tecnológicos, enfeixados no que vários observadores consideraram ser uma revolução tecnológica – a “revolução da microeletrônica” –, com reflexos profundos inclusive na vida cotidiana (vide, por exemplo, a difusão do microcomputador e um desenvolvimento nas comunicações cujo corolário, até agora, é a internet). Todavia, merece realce particular o significado da microeletrônica para a produção industrial: uma investida decisiva rumo a um nível de flexibilidade produtiva e organizacional capaz de fazer frente (ou pelo menos acenar com isso) às exigências impostas pelo aumento da volatilidade e da segmentação na demanda. Como acentuam diferentes estudos, entre eles o de Coutinho (1992), a introdução e a difusão da microeletrônica na produção industrial ampliaram

enormemente as possibilidades de resposta desse setor, na esteira de uma intensificação das inovações em produtos e processos produtivos.

Economias de escopo (ou de amplitude) – refletindo capacidade de ajustar rapidamente as quantidades produzidas e de alternar entre diferentes configurações produtivas sem perda de eficiência – e vantagens advindas quer do uso flexível da mão de obra (não sem prejuízo para numerosos contingentes de trabalhadores), quer da subcontratação/terceirização produtiva, passaram a ser observadas em diferentes segmentos industriais.

Especialmente importantes foram as consequências para as pequenas e médias empresas (PMEs). As mudanças tecnológicas e organizacionais favoreceram, de fato, a atuação dessas empresas como atores de destaque na dinâmica industrial. A microeletrônica representou alteração da tradicional associação entre desempenho econômico e tamanho da capacidade produtiva – especialmente válida no marco do paradigma taylorista/fordista de produção padronizada e de massa –, abrindo espaço para estruturas empresariais mais ágeis e envolvidas com produção customizada e em menores lotes. E a observada tendência à descentralização das atividades no interior das grandes empresas, com desintegração vertical da produção vinculada, entre outras coisas, à já assinalada subcontratação/terceirização produtiva, alterou as relações entre as PMEs e as grandes estruturas empresariais, ampliando as possibilidades das primeiras.

Todavia, as PMEs costumam enfrentar problemas, em boa parte decorrentes do seu menor tamanho relativo. Assim, embora os processos recentes tenham ampliado o leque de possibilidades à sua atuação, diferentes pesquisas indicam que condições favoráveis realmente se apresentam quando essas empresas inserem-se em tecidos produtivos e institucionais que, entre outras coisas, oferecem oportunidades de especialização produtiva no marco de interações de complementaridade e cooperação.

Para o que aqui interessa, é importante assinalar que a reflexão sobre essas novas formas organizativas no plano industrial logo ganhou contornos de reflexão sobre o desenvolvimento na sua dimensão espacial. Quer dizer, ocorreu entrecruzamento – que se revela fértil analiticamente e para a formulação de políticas – entre as temáticas da organização industrial e do desenvolvimento urbano e regional. Nas últimas décadas, essa reflexão sem dúvida alcançou, em diferentes países, um proeminente patamar (talvez o mais proeminente) nos estudos e pesquisas em economia regional e urbana.

Percepção nesses termos marca, por exemplo, o (quase pioneiro) estudo de Piore e Sabel (1984) sobre a Terceira Itália, particularmente sobre a região da

Emilia-Romagna. Nesse estudo são divulgados, quase em tom de entusiasmo, aspectos de uma realidade socioprodutiva escorada em pequenos negócios familiares, especializados setorialmente e concentrados geograficamente, caracterizados por atuação flexível e elevada competitividade.

O que segue apresenta aspectos desse debate contemporâneo sobre aglomerações produtivas, enfatizando a problemática do desenvolvimento em sua dimensão espacial.

Palavra do Professor



Cabe aqui dar alguma indicação sobre como se pode tentar descobrir a existência de aglomerações produtivas. Um instrumento útil é o cálculo do Quociente de Localização (QL), um indicador de localização de atividades produtivas e de especialização produtiva de áreas.

Para uma área qualquer, como uma região ou um município, o QL é obtido pela divisão do número que indica a participação relativa de um segmento/setor da economia (por exemplo, a indústria de alimentos) na estrutura produtiva dessa área, pelo número que indica essa mesma participação em um território padrão ou de referência, território do qual aquela área faz parte (como o estado ao qual pertence a região ou o município); esse segundo número representa a participação média do segmento/setor em questão no território padrão.

Se QL for superior a 1, a participação do segmento/setor na região ou no município é maior do que a participação média no território padrão; se QL for igual a 1, o segmento/setor apresenta a mesma participação no município ou região e no território padrão; se QL for inferior a 1, a participação na região ou no município é menor que a participação no território padrão. Portanto, $QL > 1$ significa que o segmento/setor exibe localização destacada na região ou no município e, conseqüentemente, que tal região ou município apresenta especialização nesse segmento/setor. Aglomerados industriais especializados tendem a apresentar QL bem superiores a 1.

De modo mais formal, o cálculo do QL pode ser escrito como segue:

$$QL_{rj} = X_{rj} : X_r / X_{pj} : X_p \quad (0 \leq QL_{rj} \leq \infty)$$

Onde:

X_{rj} – Indicador da atividade j na região r ;

X_r – Indicador do total das atividades consideradas, na região r ;

X_{pj} – Indicador da atividade j na região padrão p ;

X_p – Indicador do total das atividades consideradas, na região padrão p .

Pode-se usar como indicadores, por exemplo, o número de empregados ou o número de estabelecimentos. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, é uma fonte particularmente útil de dados, pois disponibiliza informações sobre empregos e estabelecimentos para diferentes níveis de desagregação geográfica (municípios, regiões, estados) e de desagregação das atividades econômicas. O site do Ministério é www.mte.gov.br.

3.1.1 CLUSTERS E DISTRITOS INDUSTRIAIS

Experiências como a da Emilia-Romagna, também observadas em outras regiões da Itália e em vários outros países, motivando esforços de análise e divulgação que nas últimas décadas envolveram numerosos pesquisadores e resultaram em incontáveis publicações, dizem respeito à aglomeração geográfica de atividades produtivas, notadamente atividades industriais, como se indicou. Não é a outra coisa que a expressão (em inglês) *cluster*, acompanhada do adjetivo “industrial”, refere-se na presente abordagem sobre a dimensão espacial do desenvolvimento: **em linhas gerais, *cluster* designa um aglomerado de atividades industriais de um mesmo setor.**

Mas é importante assinalar que, embora só nas últimas décadas a atenção sobre a dinâmica produtiva e competitiva incrustada nas configurações de cluster tenha marcado o cenário da pesquisa e da reflexão, a percepção (registrada) sobre o significado dessas formas remonta pelo menos ao final do século XIX.

Alfred Marshall (1842-1924) foi um importante economista inglês, um dos mais (senão o mais) influentes do seu tempo. Exponente da escola neoclássica, Marshall teve entre seus alunos economistas que marcariam a trajetória das ciências econômicas, como Keynes.

De fato, [Alfred Marshall](#), no livro *Princípios de Economia*, publicado pela primeira vez em 1890, já sublinhava o quanto é importante para as atividades industriais se localizarem em determinados ambientes (MARSHALL, 1979). No centro da argumentação desse autor figura o conceito de *externalidade* ou de *economia externa*, que, na utilização empregada, remete às condições do contexto em que as firmas operam. Trata-se de condições “externas” aos fabricantes, mas que são (podem ser) por estes “internalizadas”, com benefícios. Um exemplo refere-se à presença, num mesmo ambiente de relações, de clientes e seus fornecedores, com vantagem mútua derivada da proximidade: falando em termos muito gerais, os primeiros se beneficiam dos menores custos de transportes no seu abastecimento, e os segundos têm garantia de escoamento da sua produção, uma vantagem outorgada pela localização e independente de esforços específicos dos agentes.

Veja-se o que diz Marshall numa passagem frequentemente citada do seu livro. A questão das *externalidades*, associada a diferentes aspectos de funcionamento dos aglomerados produtivos, perpassa o trecho transcrito:

Quando uma indústria escolhe uma localidade para si, geralmente permanece nela por muito tempo, tão grandes são as vantagens que as pessoas que realizam uma mesma atividade especializada obtêm umas das outras numa vizinhança próxima. Os mistérios da atividade deixam de ser mistérios; ficam como se estivessem soltos no ar, e as crianças aprendem muitos deles inconscientemente. O bom trabalho é devidamente apreciado, as invenções e melhorias no maquinário, nos processos e na

organização geral do negócio têm seus méritos imediatamente discutidos. Se alguém lança uma nova ideia, esta é adotada por outros e combinada com sugestões próprias; e assim torna-se fonte de outras novas idéias. E atividades subsidiárias crescem na vizinhança, fornecendo implementos e materiais à indústria principal, organizando o comércio desta e, de muitas maneiras, conduzindo à economia do seu material.

Da mesma forma, a utilização econômica de máquinas caras pode [...] ser alcançada em elevado grau num distrito em que há uma grande produção agregada do mesmo tipo, mesmo que nenhum capital individual empregado na atividade seja muito grande. O motivo é que as indústrias subsidiárias, cada uma delas devotada a um pequeno segmento do processo de produção, e atuando para uma grande quantidade de seus vizinhos, são capazes de manter em constante uso máquinas do caráter mais altamente especializado e fazê-las pagar seu custo [...].

Além disso, [...] uma indústria localizada obtém grande vantagem por oferecer um mercado constante para a mão de obra especializada. Os empregadores são capazes de recorrer a qualquer lugar onde seja provável encontrar uma boa seleção de trabalhadores com a qualificação especial requerida; ao mesmo tempo, as pessoas em busca de emprego naturalmente se dirigem a lugares onde existem muito empregadores que precisam de qualificações como as que possuem, e onde [...] é provável encontrar um bom mercado (MARSHALL, 1979, p. 225-226).

Nessa passagem, Marshall toca em temas que hoje atraem a atenção dos pesquisadores interessados na dinâmica produtiva geograficamente concentrada. Um desses temas refere-se à “atmosfera industrial”, aludida no trecho em que se diz que os “mistérios da atividade deixam de ser mistérios; ficam como se estivessem soltos no ar [...]”. Um outro tem a ver com a disseminação de informações, impulsionada pela condição de proximidade, e o incentivo às inovações que essa disseminação representa. Um terceiro tema remete ao processo de surgimento de novas empresas sob o estímulo do dinamismo produtivo local. Também se fala em especialização e complementaridade produtiva: “[...] as indústrias subsidiárias, cada uma delas devotada a um pequeno segmento do processo de produção [...]”. E ainda menciona-se a problemática do emprego e do mercado de trabalho.

Em suma, na visão de Marshall, a atuação localizada em aglomerados representa benefícios para empresas e trabalhadores. *Clusters* industriais significam, assim, configurações produtivas territorializadas potencialmente capazes de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Em outras palavras, dinâmica industrial e desempenho econômico espacial (local-regional) entrecruzam-se nas considerações do autor.

Mas existem diferentes tipos de aglomerações produtivas (ou *clusters*), conforme repertoriado por uma literatura internacional que não cessa de crescer (ver, por exemplo, a contribuição de Markusen, 1995). E, de alguma forma, as vinculadas possibilidades em termos de desenvolvimento local e regional va-

riam de acordo com as características exibidas pelos *clusters*. Seja como for, é posição quase unânime entre os pesquisadores que a existência de cooperação entre as empresas localizadas em aglomerados, e também entre empresas e instituições locais, é uma importante e decisiva condição. Falar sobre isso significa ir além de considerações sobre *externalidades* (ou *economias externas*), no sentido observado acima. Veja-se a citação a seguir:

A concentração geográfica e setorial de firmas – o *cluster* – é elemento básico [da dinâmica industrial localizada], mas não garante resultados positivos automaticamente. Isso é evocado por Schmitz (1995) por meio da seguinte formulação: “*enquanto um distrito industrial é sempre um cluster, o contrário não é sempre o caso*” (p. 536). O ganho para o sistema econômico local resulta da articulação entre economias externas, tidas como subproduto incidental de situações ou processos ligados à própria existência do *cluster*, e ação conjunta voluntária protagonizada no âmbito da aglomeração produtiva com vistas ao alcance de certos objetivos em nível de coletividade de produtores. O conceito chave para aludir a essa conjunção de fatores é o de “*eficiência coletiva*”, que capta o aspecto essencial do desempenho econômico no interior dos *clusters* (LINS, 2000b, p. 236, grifo do autor).

Na citação, fala-se em *distrito industrial* como uma forma de *cluster* em que a incidência da “*ação conjunta voluntária*” – isto é, da cooperação, da colaboração – é muito importante. Tal maneira de considerar os *distritos industriais* vincula-se amplamente aos trabalhos de pesquisadores do (ou que lá atuavam durante os anos 1990) *Institute for Development Studies*, da britânica Universidade de Sussex (consultar, entre outros, SCHMITZ, 1992, 1995; NADVI, 1997; NADVI, SCHMITZ, 1994). Representando casos, por assim dizer, “*virtuosos*” de *cluster*, e conforme uma apresentação estilizada trazida em diferentes estudos sobre experiências internacionais – notadamente (mas não só) italianas, como aparece em Beccatini (1992) e em Rabellotti (1995) –, *distritos industriais*

são concentrações geográficas de firmas setorialmente especializadas, principalmente de pequeno e médio porte (PMEs), onde a produção tende a ocorrer verticalmente desintegrada (devido à especialização das empresas em diferentes fases do processo produtivo) e em meio a relações interfirmas a montante e a jusante (fornecedores-clientes), mercantis e não mercantis e simultaneamente cooperativas e competitivas. Esses ambientes contêm serviços especializados, tanto de apoio às atividades produtivas como voltados à comercialização em mercados distantes (inclusive no exterior), e redes de instituições públicas e privadas que sustentam as ações dos agentes, tendo em vista que representam/envolvem a organização de auto-ajuda (*self help*). Em muitos casos, observa-se a presença de identidade sociocultural, relacionada ao passado comum dos membros das sociedades locais, que contribui para galvanizar as relações entre os atores, os quais tendem a agir segundo código de comportamento via de regra implícito (LINS, 2000b, p. 235).

3.1.2 REGIÕES DE APRENDIZAGEM

Concentração geográfica de agentes econômicos, base institucional e interações cooperativas aparecem com especial destaque numa espécie de prolongamento da reflexão sobre aglomerações produtivas que ganhou terreno sobretudo a partir dos anos 1990. Trata-se do que aparece vinculado, na respectiva literatura, à noção de *economia de aprendizagem*, fortemente vinculada aos trabalhos do economista sueco [Bengt-Åke Lundvall](#).

Na base das considerações de Lundvall está o fato de que, atualmente, inovar é algo essencial. E se inovar é imprescindível, também o são os mecanismos e instrumentos que favorecem a propagação do conhecimento e a aprendizagem, vetores dos processos de inovação. Daí a importância atribuída aos imperativos da *economia de aprendizagem*, ou seja, “uma economia em que a habilidade para aprender é crucial para o sucesso econômico de indivíduos, regiões e economias nacionais. ‘Aprendizagem’ refere-se à construção de novas competências e ao estabelecimento de novas habilidades, e não somente a ‘ter acesso às informações’” (LUNDVALL; BORRÁS, 1997, p. 35).

Pesquisador contemporâneo que, pelo menos há três décadas, investiga a problemática da inovação e vem contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento sobre os sistemas de inovação.

Ora, a proximidade espacial representa um importante aspecto da *economia de aprendizagem*: “a escala geográfica é crucial na economia de aprendizagem. [...] Território e proximidade desempenham um papel central na gênese do conhecimento tácito e na capacidade para explorá-lo” (LUNDVALL; BORRÁS, 1997, p. 39). A razão é que a proximidade favorece relações face a face e a propagação do conhecimento nas aglomerações.

O espaço – assimilado à proximidade entre agentes econômicos, com as sinergias potencialmente derivadas, e à “herança” que os territórios concentram e transmitem – é essencial aos processos de aprendizagem e inovação. O raciocínio subjacente envolve considerar a dupla natureza do conhecimento (os aspectos codificado e tácito) e as vantagens da proximidade ligadas, entre outras coisas, às externalidades, aos menores custos e à maior fluidez das diversas inter-relações (entre clientes e fornecedores e entre firmas e instituições, por exemplo).

O conhecimento codificado (entre cujas ilustrações está aquele transmitido por patentes e por máquinas e equipamentos) é de difusão e acesso mais fáceis, e, em virtude disso, não representa aspecto realmente diferenciador de posições na concorrência envolvendo firmas ou estruturas econômicas regionais. Já o conhecimento tácito, impregnado nos ambientes produtivos – empresas ou grupos de agentes – e “fixado” em localizações específicas, constitui pilar fundamental da competitividade tendo em vista as “rugosidades” que se interpõem à sua propagação em escala ampla. Ao mesmo tempo, e por conta dessa característica, essa modalidade de conhecimento é um importante fator de diferenciação do espaço (LINS, 2007b, p. 130-131).

Vínculos cooperativos mostram-se, portanto, decisivos nesse prolongamento da análise sobre a dinâmica produtiva territorializada. Revela-se irrevogável, nesses termos, a importância das redes de agentes, no interior das quais se observam os sentidos de confiança recíproca, o compartilhamento de princípios e regras e a participação em processos de aprendizagem coletiva. Mas as interações devem também implicar os integrantes do arcabouço institucional, como os que desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento e atividades de ensino, nos âmbitos público e privado, e como os que atuam em coordenação e representação, tanto quanto em funções de promoção (pública) das estruturas locais e regionais.

A ênfase dada aqui às instituições vincula-se ao entendimento de que “uma região revela-se mais propícia à ocorrência de inovações na medida em que registra forte presença de aprendizagem coletiva institucionalmente organizada. Numa palavra, quando a região admite a caracterização como *região de aprendizagem* [...]” (LINS, 2007b, p. 132, grifo do autor).

A especificidade dos traços locais e regionais, com diferenciação positiva (comparativamente falando) de recursos intangíveis, “espessura institucional” e intensidade de inter-relações não mercantis – as “interdependências não transacionadas” de que fala Storper (1995, p. 192), representando “ativos para a produção regionalmente específicos, materiais e não materiais” –, é um importante elemento na análise das *regiões de aprendizagem*.

Cabe assinalar, por fim, que as questões relativas à inovação e às relações de proximidade, no que tais relações afetam a aprendizagem e a propagação do conhecimento, marcam igualmente presença em outras abordagens sobre aglomerações produtivas e a dinâmica produtiva territorializada. Essas questões são observadas em estudos sobre *clusters* e *distritos industriais*, na perspectiva tangenciada na seção anterior, e despontam também em análises nutridas pelas atividades realizadas por diversos grupos de pesquisadores, como se observa nos trabalhos dos escandinavos Maskell e Malmberg (1999) e dos franceses Dupuy e Gilly (1996). Mas em nenhum desses outros enfoques “se dá tanta ênfase à importância da capacidade de aprender [...] e à importância da inovação [...] – ambas aparecendo estreita e irremediavelmente vinculadas –, quanto se observa nas análises em termos de *região de aprendizagem*” (LINS, 2007b, p. 135).

3.1.3 UMA DERIVAÇÃO RURAL: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS

Como assinalado, a atenção dirigida aos *clusters* de atividades produtivas no debate contemporâneo sobre a dimensão espacial do desenvolvimento reflete amplamente o entendimento segundo o qual essas configurações favorecem a difusão do conhecimento e o processo de inovação. Isso deve-se, de uma parte, à proximidade entre os agentes, que facilita e estimula (sem garantir) as interações, e, de outra parte, à herança técnica e setorial dos locais, ambas importantes condições, acompanhadas do alicerce representado pelo tecido institucional (que cumpre o estratégico papel de promover vínculos cooperativos), para os processos de aprendizagem.

O compartilhamento quer de condutas a respeito de problemas e oportunidades, quer de hábitos, rotinas e conhecimentos, e a inclinação dos atores locais à ação coletiva, nutrindo o potencial inovador da aglomeração, constituem aspectos igualmente sublinhados nos estudos. Ora, falar sobre tais elementos implica chamar a atenção para o significado do *território*. Na perspectiva das aglomerações produtivas especializadas, este termo geralmente designa “a sedimentação, em áreas locais, de fatores históricos, sociais e culturais, específicos e inter-relacionados, que geram processos de desenvolvimento significativamente diferenciados por conta [...] de especificidades locais” (GAROFOLI, 1993, p. 24).

Dessa visão sobre o *território* decorre a noção de *territorialidade*, que evoca a presença de *ativos específicos*, quer dizer, de atributos não observados do mesmo modo, ou só raramente observados, em outros locais. Como se indicou, a alusão às características próprias e positivamente diferenciadas, em matéria de recursos intangíveis, “espessura” institucional e inter-relações, é particularmente testemunhada na análise do que se indica como *regiões de aprendizagem*.

Mas também em estudos sobre o meio rural essa problemática do *território* marca presença. Falando sobre o mundo rural, Abramovay (2001, p. A-3) assinala que “o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa de laços que vão além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e comunicações”. Com efeito, o *território* representa uma “trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades [...]” (ABRAMOVAY, 2001, p. A-3).



Assim, o *território* potencializa a *proximidade social*, quer dizer, as relações sociais diretas e intensas. Trata-se de algo básico para o desenvolvimento de áreas rurais – um desenvolvimento não limitado ao crescimento da agricultura, mas envolvendo um leque de outras atividades como turismo e indústrias rurais –, tendo em vista que tal proximidade favorece a coordenação das ações dos agentes voltadas à valorização do meio em que operam e, por extensão, à utilização desse meio de um modo inovador e promotor da competitividade (ABRAMOVAY, 2000).

Evocar esses traços do *território* (tecido social, inter-relações com raízes históricas, configurações políticas, identidade) significa mobilizar, na abordagem do mundo rural, elementos de análise que caracterizam as investigações sobre as aglomerações produtivas especializadas, como os *clusters* e distritos industriais. Esses traços remetem ao

processo pelo qual a intensificação das relações sociais localizadas permitiram construir em torno da valorização de certos territórios uma “*comunidade de valores e de intenções*”. O que será produzido e valorizado em cada situação não se pode dizer de antemão, é claro. O importante é que um ambiente de cooperação entre empresas – no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida numa certa região – é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000, p. 387-388, grifo do autor).

Esse tipo de compreensão sobre o desenvolvimento rural, em que se nota prolongamento da reflexão sobre *clusters* e distritos industriais, perpassa igualmente documentos do Governo Federal destinados a inspirar ações públicas. Uma ilustração é o texto intitulado *Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável* (BRASIL..., 2003). No subtítulo “Coesão social e territorial”, indica-se que o

enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. [Esse enfoque] [...] Busca a integração interna dos territórios rurais e destes com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas (BRASIL..., 2003, p. 26).

Em termos internacionais, aspectos como *território*, *territorialidade* e *ativos específicos* despontam em “*derivação rural*” da abordagem sobre aglomerações produtivas especializadas em que é central a noção de *sistema agroalimentar localizado* (SAL). De presença marcante na agenda do francês *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (cf. por exemplo MOITY-MAÏZI et al., 2001), os SAL são vistos como redes de “organizações de produção e serviço (unidades agrícolas, empresas agroalimentares, empresas comerciais, microempresas, restaurantes etc.) associadas

a um território específico em virtude de suas características e de seu funcionamento” (DÍAZ-BAUTISTA, 2001, p. 15-16). O *território* cumpre um papel central no vinculado debate.

O *território* condiciona o funcionamento dos SAL por disponibilizar os *ativos específicos* (ou externalidades) de que se valem os seus agentes. Representando a *territorialidade*, esses *ativos* são essenciais às atividades produtivas dos SAL e, mostrando-se imbricados com os componentes sociais e culturais da área, são inseparáveis da história local. Configuram *ativos específicos* os recursos colocados em relevo na maioria dos estudos sobre aglomerações produtivas especializadas, como o conhecimento tácito difundido localmente (*ativo específico* de tipo cognitivo, com influência nas inovações), a identidade sócio-cultural (vinculada ao passado comum dos agentes e fonte de confiança e de encorajamento à ação coletiva e à reciprocidade, com reflexos na aprendizagem e na inovação) e o tecido institucional (que sustenta as atividades econômicas locais e favorece a coordenação e a auto-ajuda).

Nos SAL, porém, é importante referir sobretudo a *ativos específicos* próprios ao setor agroalimentar e às áreas rurais. Constituem ilustrações o conhecimento sobre a transformação de produtos de origem rural, peculiar a uma área e compartilhado localmente, e a proximidade dos consumidores em relação ao produto alimentar, fruto de apreciação e valorização baseadas no reconhecimento da qualidade. Note-se que, como o ambiente geralmente afeta o reconhecimento da qualidade, a situação dos recursos naturais e a influência da cultura na culinária sobressaem nos atributos da área. Assim, o *território* comporta imagem que é, ela própria, um *ativo específico* e que significa vantagem para os agentes dos SAL. O mesmo pode ser dito do conjunto de vínculos instituídos em torno da ‘construção social da qualidade’, que interligam produtores primários, agentes da transformação agroalimentar, distribuidores e consumidores [...] (LINS, 2006, p. 316).

Além do mundo rural, os SAL incluem, ao lado dos produtores primários e unidades beneficiadoras de produtos de origem rural localizados num mesmo espaço geográfico, fornecedores de insumos e comerciantes localizados em outras áreas. O mesmo vale para os integrantes da base institucional, como centros de pesquisa e outros representantes da infraestrutura tecnológica. Daí que o espaço dos SAL não apresenta conteúdo somente geográfico. Trata-se de “um espaço elaborado, construído socialmente, marcado em termos culturais e regulado institucionalmente” (DÍAZ-BAUTISTA, 2001, p. 16).

A Figura 3.1 apresenta a “localização” de um SAL: trata-se da interseção entre o *território* e a cadeia de produção-distribuição-consumo do alimento de que se trata. A figura indica que o *território* disponibiliza *ativos específicos* ligados ao *capital humano* e ao *capital social*, o primeiro envolvendo os conhecimentos específicos enraizados localmente, o segundo referindo-se às normas, convenções e estruturas sociais. Considera-se que o *capital humano* e o *capital social* são básicos para a aprendizagem e a inovação subjacentes à



Governança é palavra que apresenta diferentes sentidos na literatura. Porém, na abordagem das aglomerações produtivas especializadas, o termo remete aos diferentes tipos de comportamento dos atores e de regulação da estruturas locais, ultrapassando as formas exclusivamente mercantis ou estatais e dizendo respeito, além da organização industrial e da divisão do trabalho, ao papel cumprido pelas instituições e até pelas convenções locais. A coordenação das atividades produtivas e o estímulo à inovação constituem focos privilegiados das considerações a respeito de governança.

transformação agroindustrial, devendo-se assinalar que o segundo abrange as relações entre produtores primários, agentes daquela transformação e comerciantes/distribuidores. A figura também indica que, além de envolverem mais do que produção primária e transformação agroindustrial (englobam fornecimento de insumos e comercialização), as atividades dos SAL “dialogam” com as dos outros elos da cadeia produção-distribuição-consumo. *Ativos específicos* são valorizados nessa interação, entre eles a imagem da qualidade, cuja sustentação necessita a conservação do *capital natural* do território.

A inovação é tema de destaque no debate sobre os SAL, como observado em estudos de realidades brasileiras. São exemplos o trabalho de Cerdan e Sautier (2001) sobre a produção de leite e derivados no sergipano município de Glória e o de Lins (2006) sobre a maricultura em Santa Catarina. A inovação é percebida nesse debate como resultado de uma construção social, figurando na base da dinâmica inovadora os conhecimentos locais e os processos de aprendizagem coletiva, reflexos parciais da ação institucional e das estruturas de governança.

Desse modo, como para os *clusters* e distritos industriais, vale para os SAL a percepção segundo a qual a proximidade geográfica, organizacional e institucional dos agentes é básica para a inovação. A razão prende-se à importância da proximidade para as complementaridades técnicas e produtivas, os comportamentos cognitivos e as ações coletivas.

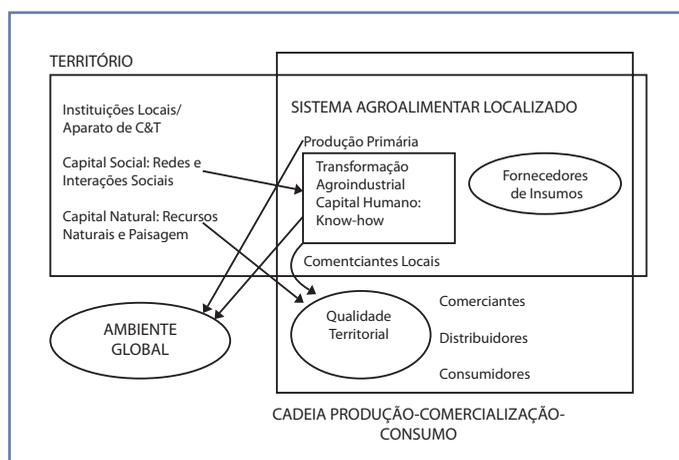


Figura 3.1 – Posição do Sistema Agroalimentar Localizado.

Fonte: Adaptado de Requier-Desjardins e Rodriguez (2002).

Em suma, o *território* e seus *ativos específicos* são elementos essenciais dos SAL. O desenvolvimento desses sistemas apoia-se de modo crucial nas interações que a proximidade, nas suas diferentes facetas, propicia e estimula, haja vista que tais vínculos tendem a impulsionar processos de aprendizagem e inovação. Portanto, a problemática dos SAL pode contribuir à reflexão – e talvez à correspondente formulação de políticas e iniciativas de promoção – sobre o desenvolvimento em ambientes rurais onde ocorre transformação agroalimentar da produção primária. Sendo assim, pode-se assinalar que se trata de problemática útil ao debate sobre a dimensão espacial do desenvolvimento.

3.2 O CHAMADO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENDÓGENO: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE

A trajetória das abordagens sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, contemplada na Unidade 2 e nos tópicos da primeira seção da presente unidade, representa percurso na reflexão e formulação de políticas em que se altera a maneira de pensar sobre a dimensão espacial do desenvolvimento. Por exemplo, no debate sobre aglomerações produtivas especializadas, incorpora-se a problemática das empresas de menor porte (PMEs), vistas como agentes centrais na dinâmica produtiva. Isso aparece como contraponto ao que se observa no debate sobre polos de crescimento/desenvolvimento e também no da divisão espacial do trabalho associada aos circuitos de ramos, em que reina soberana a grande empresa, particularmente com múltiplos estabelecimentos.

Talvez mais significativo é que nessa trajetória deixa-se de pensar o desenvolvimento como um processo fundamentalmente nutrido a partir de fora das regiões – com ênfase na atração de investimentos para instalação de atividades motrizes e “inoculação” de dinâmica de crescimento, e nas consequências, para os diferentes tipos de regiões, das estratégias do grande capital quanto à distribuição geográfica de suas atividades – e põe-se em relevo os atributos locais, vinculados à própria história, incluindo aspectos ligados à cultura e ao compartilhamento de valores. Grosso modo, pode-se dizer que se migra de uma visão mais “exógena” sobre o desenvolvimento de regiões e locais para uma visão mais “endógena”.



Nesse processo, e em diferentes países, a dimensão local passou a despontar como uma escala privilegiada nas análises e nas “liturgias” de planejamento e promoção do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, ganhou terreno a expressão “desenvolvimento local”, como sugere a produção técnica e acadêmica voltada ao tema. Note-se que o vocábulo “local” pode corresponder tanto a lugar quanto a região. Desse modo, é noção que se apresenta relacional. A perspectiva com espaços maiores – uma nação ou um estado federado – é essencial ao seu reconhecimento (ALBAGLI, 1998).

É importante assinalar que, na adjetivação ao desenvolvimento, “local” aparece frequentemente como sinônimo de “endógeno”. Vásquez Barquero (2001, p. 57, nota 6) é claro sobre isso: “[...] quando se fala de desenvolvimento local, está-se fazendo referência a processos de desenvolvimento endógeno [...]”. Quanto ao sentido de “endógeno”, trata-se do que perpassa a ideia segundo a qual, “em última análise, são as iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões” (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 10).

Ao menos em parte, o destaque da escala local na reflexão sobre a dimensão espacial do desenvolvimento e nas iniciativas de promoção vincula-se às experiências genericamente identificadas como de “produção flexível”, protagonizadas em aglomerações industriais especializadas nos termos abordados na primeira seção desta unidade. Como se viu, a noção de território cumpre importante papel no tratamento analítico dessas estruturas socioprodutivas, mostrando-se útil à observação do “enraizamento” de que fala Granovetter (1985). Assinale-se que falar em “enraizamento” nesses termos significa considerar que as ações dos atores sociais mostram-se sempre “enraizadas nos existentes sistemas de relações sociais concretas” (GRANOVETTER, 1985, p. 487).

Mas o *território* é também esfera de reconhecimento do *habitus*, discutido por Bourdieu (1997, 2002). Para esse autor, não obstante ser o agente social um “indivíduo coletivo” (BOURDIEU, 1997, p. 62), “sua verdade de operador prático de construções de objeto” (BOURDIEU, 2002, p. 62) se mantém preservada. Assim, é verdade que, com os sistemas de produção e as relações sociais que lhes dão identidade, os *territórios* delimitam e condicionam os comportamentos dos atores. Contudo, esses atores também exibem espontaneidade e uma razão prática, ou seja, voluntarismo.

Essa combinação de “enraizamento” e voluntarismo é central no debate sobre desenvolvimento local vinculado à problemática das aglomerações produtivas. Se alguns locais se saem melhor do que outros em face da globalização, os atributos dos bem-sucedidos figuram entre os principais elementos a serem

destacados nas considerações sobre o desenvolvimento. Entre esses elementos desponta a participação efetiva e estratégica dos agentes locais na identificação e hierarquização dos problemas e na proposição de medidas, assim como no planejamento e na implementação das ações. Essa “dimensão” da reflexão sobre o desenvolvimento é referida desde os anos 1980 com a expressão “desenvolvimento local” ou “desenvolvimento endógeno” (LIPIETZ, 2002).

Na base desse realce da esfera local, em que é forte a influência do desempenho das aglomerações produtivas, figura o reconhecimento de que as instituições atuantes nessa escala tendem a operar em maior sintonia relativa com as necessidades efetivamente vivenciadas. Outro aspecto é que, em face do que a globalização representa em termos de mercantilização sem atenuantes, a dimensão local – mais propícia às relações interpessoais, que se apresentam permeadas de um maior compartilhamento de regras e valores – é a que melhor acenaria com um desenvolvimento em “escala humana”, na opinião de Coraggio (2000).

Entretanto, também contribuiu para o destaque da dimensão local o fato de que, nas últimas décadas, perderam terreno em diferentes países as práticas de planejamento e promoção do desenvolvimento socioespacial vinculadas quase exclusivamente às estruturas dos governos nacionais. Essa tendência se inseriu em alterações mais amplas na forma de atuação do Estado (AMABLE; PETIT, 1998), mudanças que guardam relação com a crise, agravada no final dos anos 1970, do modo de regulação macroeconômica que caracterizou o modelo de desenvolvimento “fordista” aludido na seção 2 da segunda unidade deste livro.

O que importa destacar é que, com as mencionadas transformações na forma de atuar do Estado, várias funções públicas foram transferidas para níveis geograficamente menores de atuação institucional. Quer dizer, uma verdadeira descentralização política e administrativa, com rebatimento espacial, tomou forma, de fato, em diferentes países.

Como se observa, as escalas regional e local de ação pública tiveram ampliada a sua participação nas atividades de promoção do desenvolvimento. Em termos gerais, houve enfraquecimento e/ou desaparecimento de ações costumeiramente protagonizadas no plano nacional, e surgimento e/ou fortalecimento das que correspondem a escalas mais regionais ou locais de operação.

Portanto, a descentralização das atividades de promoção do desenvolvimento e a afirmação do nível local como esfera privilegiada para a realização de tais ações acabaram adquirindo contornos de quase paradigma no período recente. Não que a escala local estivesse ausente de considerações anteriores. Nos anos 1970, Friedmann e Weaver (1979) sugeriam, para sociedades agrárias pobres

ameaçadas por uma economia mundial dominada por empresas transnacionais, a alternativa de um “desenvolvimento agropolitano” que privilegiasse as necessidades básicas da população. Quanto à organização, esse desenvolvimento seria canalizado por estruturas territoriais chamadas “distritos agropolitanos” (representando escala menor do que a regional). Aspecto crucial, pelo que se observava em vários países, é que o “desenvolvimento agropolitano constroi a [sua] força a partir de dentro, baseado nos seus próprios recursos, nas suas próprias habilidades, descobertas e aprendizagem” (FRIEDMANN; WEAVER, 1979, p. 200). A transferência de funções públicas para a escala local é tema de forte presença, pois considerava-se estar em jogo tanto um “desenvolvimento com base territorial, autônomo [...]”, quanto “uma medida substancial de autonomia política” (FRIEDMANN; WEAVER, 1979, p. 170, 226).

Mas é nas últimas décadas que, por conta da visibilidade de certas dinâmicas produtivas localizadas e da descentralização de várias funções do Estado, o nível local angariou de fato expressão na abordagem do desenvolvimento. Esses vetores reforçaram-se mutuamente: a descentralização parece ser encorajada pelo desempenho dos aglomerados (com efeito, se o dinamismo vincula-se a atributos principalmente locais, é o plano territorial de intervenção que deve ser priorizado); e o desempenho das aglomerações revela-se estimulado, em distintos casos, por ações públicas modeladas conforme as necessidades locais.

Note-se que a descentralização dos instrumentos de promoção do desenvolvimento não tardou a ser propugnada na América Latina. No âmbito da CEPAL, nos anos 1990, a ideia-força traduzida na fórmula “transformação produtiva com equidade e sustentabilidade” tinha como referência básica a “descentralização, particularmente a descentralização *territorial*, [...] [considerada] uma condição *necessária* para o alcance da transformação produtiva, da equidade e da sustentabilidade [...]” (BOISIER et al., 1992, p. 7-8, grifo do autor). Ao que parece, uma nova ortodoxia sobre o desenvolvimento ganhou terreno também no subcontinente. É eloquente que um dos principais autores latino-americanos interessados na descentralização das funções públicas e no desenvolvimento local se mantenha fiel a essa temática: recentemente, Sergio Boisier, ligado ao Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES) – órgão vinculado à CEPAL – publicou artigo sugestivamente intitulado “Desenvolvimento territorial e descentralização: o desenvolvimento no lugar e nas mãos das pessoas” (BOISIER, 2004).

Como apreciação geral, cabe assinalar que não foram poucas as regiões que procuraram tomar as rédeas do futuro nas próprias mãos. Os resultados foram diferenciados. Os melhores parecem derivar de um certo voluntarismo, de uma maior capacidade para arregimentar forças em torno de objetivos mais ou menos comuns, com interações nos níveis locais e regionais que favoreçam ações decisivas no trato com as adversidades e na promoção do desenvolvimento. Mas os casos de sucesso não devem ser interpretados como evidência de que tudo e qualquer coisa é possível na esfera local e regional, e isso, num certo sentido, permite questionar a própria noção de “desenvolvimento endógeno”. Os graus de liberdade no plano local são limitados, pois os processos gerais (no nível mundial e nacional) nunca deixam de condicionar muito, talvez quase tudo, do que ocorre em qualquer escala socioespacial. Em outros termos, a governança local e regional apresenta um alcance forçosamente limitado.

Assim não se trata, nos argumentos em favor do desenvolvimento local, de considerar esse desenvolvimento como refratário aos impulsos emanados de níveis mais amplos de relações econômicas. Certos movimentos locais podem ser ensaiados com algum sucesso, mas o seu escopo esbarra nos limites impostos pelas estruturas mais gerais: “a macroeconomia, assim com as estruturas políticas abrangentes, conta sempre, constituindo-se num poderoso condicionante, o que significa que a margem de manobra na escala local tende a ser (e não raramente é muito) estreita” (LINS, 2007c, p. 133-134).

Ainda assim, a via em questão merece ser explorada. Desde que as ações sejam despidas da ingenuidade de se considerar, por exemplo, que o envolvimento popular é suficiente para suplantar as adversidades, não há motivo para não considerar que iniciativas nesse nível podem gerar melhores condições de vida para contingentes necessitados.

Biblioteca Virtual



Na Biblioteca Virtual encontra-se disponível um texto intitulado “Breve panorama sobre a abordagem da dinâmica produtiva territorializada no Brasil”, onde há indicações sobre grupos de pesquisa e de estudos interessados nessa problemática no país.

Saiba Mais



Para saber mais:

COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander P. (Org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FAURÉ, Yves-A.; HASENCLEVER, Lia (Org.). *Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana. *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Contraponto, 2005.

SEBRAE. *Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil*. Brasília: Edição SEBRAE/FINEP/CNPq, 2002.

VÁSQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

Resumo da unidade:

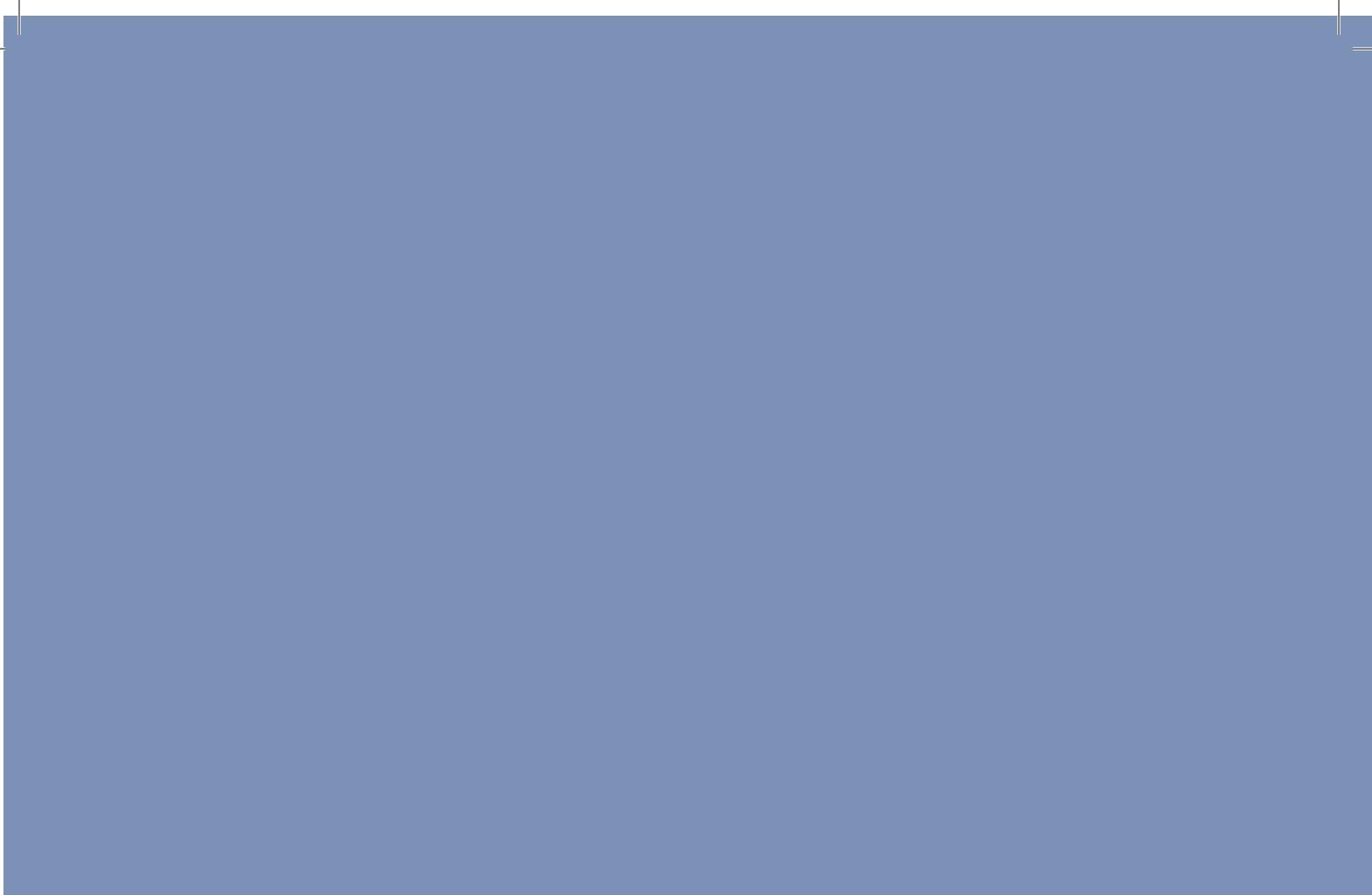
Nesta unidade privilegiou-se a abordagem sobre a dimensão espacial do desenvolvimento que focaliza as aglomerações produtivas setorialmente especializadas. Esse tema ganhou grande proeminência nas últimas décadas, em diferentes países, passando a concentrar o essencial da reflexão sobre o desenvolvimento em escala territorial e também da atenção no tocante às políticas de promoção. Salientou-se que essa forma de pensar e atuar com respeito ao desenvolvimento representa alteração da “lógica” que, principalmente na abordagem dos polos de crescimento/desenvolvimento, colocava em destaque vetores “exógenos” às regiões objeto de análise e das políticas. Salientou-se igualmente que esse enfoque emergiu numa conjuntura marcada por mudanças tecnológicas que guindaram as empresas de menor porte à condição de agentes centrais na dinâmica industrial e por transformações no modo de atuar do Estado traduzidas na descentralização de diversas funções públicas. No tratamento da problemática referente às aglomerações foram especificadas questões ligadas aos *clusters* e distritos industriais, às chamadas *regiões de aprendizagem* e ao prolongamento rural desse debate incrustado na incorporação analítica do *território* e dos *sistemas agroalimentares localizados*. Depois avançou-se na exploração do sentido das expressões “desenvolvimento local” e “desenvolvimento endógeno”, associadas na literatura à temática das aglomerações produtivas e, por conseguinte, à conjuntura subjacente ao florescimento destas. Ao final, esboçou-se uma breve discussão sobre o alcance e a pertinência desse modo de referir ao desenvolvimento.

Atividade de Aprendizagem – 3



- 1) Que aspectos básicos da maneira como passou a operar o setor industrial na segunda metade dos anos 1990 são importantes no enfoque sobre a dimensão espacial do desenvolvimento que aborda a produção “flexível” em aglomerações especializadas? Por que são importantes?
- 2) O que são distritos industriais, e, na sua opinião, qual a importância dessas configurações produtivas para o desenvolvimento local e regional?
- 3) Relacione e comente os principais aspectos das aglomerações produtivas que permitem falar em *regiões de aprendizagem*.
- 4) Comparativamente à problemática mais geral das aglomerações produtivas especializadas, que aspectos comuns e que especificidades são destacados nas análises em termos de *sistemas agroalimentares localizados*?
- 5) Tomando por base a segunda seção desta unidade, esclareça o sentido da expressão “desenvolvimento local e endógeno”, indicando os principais processos que se encontram por trás do fortalecimento dessa dimensão na análise do desenvolvimento e nas correspondentes formulação de políticas.
- 6) Comente a seguinte passagem, extraída da segunda seção desta unidade: “Os graus de liberdade no plano local são limitados, pois os processos gerais (vinculados à economia mundial e à situação econômica do país, por exemplo) nunca deixam de condicionar muito, talvez quase tudo, do que ocorre em qualquer escala socioespacial. Em outros termos, a governança local e regional apresenta um alcance forçosamente limitado. Assim não se trata, nos argumentos em favor do desenvolvimento local, de pretender qualquer condição de autonomia, considerando esse desenvolvimento como refratário aos impulsos emanados de níveis mais amplos de relações econômicas. Certos movimentos podem ser ensaiados localmente, e com algum sucesso, mas o seu escopo esbarra nos limites impostos pelas estruturas mais gerais [...]”.
- 7) Considerando o que foi tratado nesta unidade, e levando em conta aspectos centrais das estruturas produtivas e socioespaciais que caracterizam a realidade imediata da qual você faz parte (em escala local ou regional), indique, com argumentação, os elementos da problemática relativa às aglomerações produtivas especializadas – na sua vertente tradicional, vinculada à indústria, ou no seu prolongamento rural – que, segundo o seu ponto de vista, melhor iluminam ou melhor captam a situação vivida/observada localmente.





4

A PROBLEMÁTICA URBANA

As seções desta unidade foram definidas no intuito de proporcionar uma visão abrangente sobre assuntos importantes do debate contemporâneo a respeito da problemática urbana. Os conteúdos representam diferentes ângulos dessa problemática e podem ser considerados como aspectos específicos do debate. Os tópicos cobertos são os seguintes:

- a cidade e o urbano em perspectiva histórica, com as implicações econômicas;
- a “modelagem” do espaço urbano pelas interações dos grupos de atores sociais;
- o quadro brasileiro, com ênfase na urbanização acelerada e na segregação socioespacial.

Nas unidades anteriores, privilegiou-se a escala regional de observação e análise da dimensão espacial do desenvolvimento. A percepção do problema das desigualdades de desenvolvimento ocorreu principalmente nesse plano, e os enfoques analíticos apresentados – polos de crescimento e desenvolvimento, divisão espacial do trabalho, aglomerações produtivas especializadas – captam processos implicando primordialmente regiões, por mais relacional que seja a correspondente noção.

Na presente unidade fala-se do meio urbano. Não que as cidades e o urbano tenham estado ausentes do que se tratou até agora. Por exemplo, um polo, na formulação de François Perroux e na idealização das respectivas políticas, refere-se, conforme assinalado na Unidade 2, a uma cidade e sua área de influência. Contudo, agora, em vez de aludir ao meio urbano como elemento de um discurso que fala de outra coisa (como o desenvolvimento polarizado), olha-se para a escala da cidade propriamente dita.

Não se trata de um olhar fortuito. Perscrutar a cidade e o urbano é procedimento básico quando o objeto de interesse é a dimensão espacial do desenvolvimento, pois é clara a relação dessa esfera – a cidade, o urbano – com a economia, logo, com o crescimento e o desenvolvimento. O grande historiador Fernand Braudel é eloquente quando salienta que o surgimento das cidades “abre as portas ao que chamamos *história*” (BRAUDEL, 1997, p. 439, grifo do autor) e que “qualquer cidade, seja ela qual for, é antes de tudo um mercado” (1997, p. 459).

4.1 DA CIDADE AO URBANO: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS

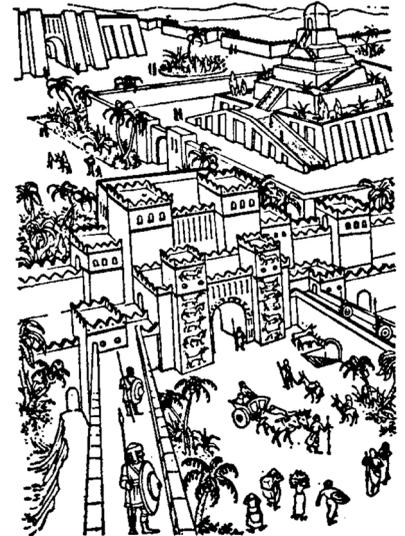
Na Palavra do Professor que abre este livro, recorreu-se ao conteúdo de uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* que informou ter o planeta alcançado recentemente uma condição de importância histórica (GOIS, 2007). Em nível global, as pessoas habitando áreas urbanas haviam atingido número idêntico ao das pessoas vivendo em áreas rurais, a tendência delineada sendo de superação dos segundos contingentes pelos primeiros. Os decorrentes reflexos, nas áreas rurais e nas urbanas, tinham posição de destaque na matéria publicada.

A menção a esse assunto serviu tão somente ao propósito de chamar a atenção para a atualidade e o interesse do campo de estudos da disciplina de Economia Regional e Urbana. Agora, no início de uma unidade voltada à problemática urbana, a referência presta-se a um outro objetivo: assinalar, à guisa de introdução, que a vida nas cidades ou no meio urbano exhibe uma trajetória histórica de ampliação quase permanente da quantidade de pessoas envolvidas, podendo-se dizer que, em boa medida, a aventura humana no planeta se traduz num inexorável aumento da urbanização.

No período recente, próximo da virada para o século XXI, essa tendência não deixava de ensejar inquietações, preocupações que resultavam em material de mídia como o caderno especial do jornal *Folha de S. Paulo* intitulado “Qual será o futuro das cidades?” (FOLHA..., 1999). Tangenciando tópicos importantes do debate contemporâneo sobre o crescimento urbano, esse material contrapunha a situação das metrópoles mundiais – Nova York, Londres, Paris e Tóquio, em que dinheiro e poder se concentram cada vez mais – à situação de grandes cidades nos países menos desenvolvidos (Cidade do México, Lagos). Nestas, a concentração representa, ao lado do adensamento populacional, uma pobreza crescente, com multiplicação das áreas de baixa renda e do número de pessoas inseridas de modo muito precário na economia urbana.

Parte desse material midiático interrogava sobre as possibilidades de reversão do que era quase percebido como um percurso para o caos. Esta manchete da *Folha de S. Paulo* dá o tom desses debates: “ONU tenta evitar caos urbano no século 21” (FOLHA, 1996, p. 1-3). Uma indagação interessante (ainda que puramente especulativa), sugestiva das inquietações sobre a problemática das grandes cidades, era se a saída, numa tal tendência, poderia tomar a forma de uma “fuga” (a rigor, um retorno histórico) para o campo (WORLD..., 1995).

Esse quadro urbano, aqui esboçado com ligeiras pinceladas, resulta de trajetória cujos passos iniciais foram dados ao final do período neolítico na Mesopotâmia, segundo Manuel Castells. Foi lá que teriam surgido os primeiros aglomerados sedentários, fruto dos avanços nas técnicas para produzir os elementos necessários à sobrevivência, implicando basicamente a agricultura (mas envolvendo também o sistema de distribuição do excedente). De alguma maneira, tais aglomerados já apresentavam aspectos de vida cidadina (sistema de impostos, aparelho de Estado, monumentos, comércio) que marcariam as cidades ao longo da história (CASTELLS, 1983).



Essa história foi pontuada por diferentes modalidades de cidade, com significados (econômicos, políticos) distintos. Castells fala em modelos-tipo que incluem cidades imperiais (cujo “paradigma” é Roma), cidades medievais e cidades do capitalismo industrial, cada qual com suas características e seus sentidos próprios. A propósito desse avanço na representação, vale evocar uma formulação de Ana F. Carlos, que diz ser a cidade “algo não definitivo”, e sim uma forma e um conteúdo “em processo” (CARLOS, 1997).

De todo modo, vincula-se ao desenvolvimento do capitalismo industrial a percepção de cidade que, principalmente no mundo ocidental, prevaleceria nos últimos dois séculos em diferentes países. E é quando a cidade deixa de ser prioritariamente comercial, tornando-se em grande medida industrial, quer dizer, produtiva, que ocorre, nas palavras de Henry Lefebvre, a “urbanização da sociedade, [...] [com o] tecido urbano recobrando os restos da cidade anterior à indústria” (LEFEBVRE, 1970, p. 23).

Os vetores básicos desse processo de urbanização são os movimentos de contingentes populacionais, sobretudo (possivelmente na maioria das experiências nacionais) as migrações internas desde as áreas rurais para as urbanas. Por exemplo, abrange tais movimentos o que Marx (1982) indica com a expressão “acumulação primitiva” na trajetória do capitalismo: estão em foco nessa formulação os deslocamentos rumo às cidades britânicas dos trabalhadores rurais afastados dos seus meios de produção.

Na análise desse tipo de migração – migração interna aos territórios nacionais –, Paul Singer assinalou ser importante considerar o funcionamento de “fatores de expulsão”, vinculados seja ao desenvolvimento de relações capitalistas no campo – causadoras de eliminação de postos de trabalho –, seja à estagnação das atividades em meio rural, ambos os processos resultando em expressivas saídas de

contingentes. Mas também os “fatores de atração” necessitam ser considerados, pois são estes que definem a geografia dos fluxos migratórios (SINGER, 1976).

Ora, a cidade torna-se, historicamente, a “realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão” (MARX; ENGELS, 1984, p. 64). Por si só, tal diferenciação em benefício do meio urbano autoriza considerar as vantagens das cidades como um verdadeiro imã sobre fluxos migratórios. E, com o crescimento da indústria, a demanda por força de trabalho nas cidades torna-se, como não poderia deixar de ser, um (quase) irresistível “fator de atração”.

No século XX, o processo de urbanização ganhou velocidade e formas urbanas com escala metropolitana passaram a marcar o cenário, no mundo mais rico e nos países da periferia e da semiperiferia da economia mundial. Esse movimento reforçou o papel dos ambientes urbanos para o dinamismo econômico, um significado que transparece na passagem a seguir.

Tanto hoje como em termos históricos, o substrato da [...] importância econômica [do meio urbano] reside no fato de que as cidades significam multiplicidade, diversidade e heterogeneidade. Esses atributos, potencializados pela situação de proximidade geográfica, representam vantagens para os negócios por outorgarem ganhos de escala e numerosas possibilidades para diferentes tipos de compartilhamentos e complementaridades (QUIGLEY, 1998). Essas complementaridades parecem figurar inclusive na base do desempenho inovativo das empresas, quando estas participam de tecidos urbanos caracterizados pela diversificação das atividades neles localizadas, como sugerido por estudos como o de Feldman e Audretsch (1999).

Essas características das cidades – diversidade, heterogeneidade, multiplicidade, em espaços densamente povoados e com elevada frequência de contatos internos – fortalecem-se como traços da própria vida social, em termos gerais, na medida em que o processo de urbanização ganha velocidade e se aprofunda, como no período atual. Principalmente nos tecidos urbanos de maiores dimensões, esse movimento tende a generalizar perfis citadinos de múltiplos centros, talvez conferindo razão ao vaticínio de Ullman (1970) décadas atrás, segundo o qual a ‘metrópole de hoje, e cada vez mais no futuro, não é só uma cidade, mas uma federação de centros gerais e especiais’ (p. 19) (LINS, 2009, p. 4).

Tais aspectos ganham ainda mais importância com a disseminação da produção “flexível”, aludida na Unidade 3. Isso derivaria, antes de tudo, da “compressão” do tempo vinculada à necessidade de ajustes na configuração dos

produtos, devido à volatilidade dos mercados. Para os processos produtivos, essa exigência significa que a etapa do circuito produtivo correspondente ao desenvolvimento do produto – implicando alianças estratégicas e engenharia simultânea, quer dizer, fortes interações face a face – adquire enorme importância. O resultado é que os graus de liberdade em matéria de alternativas de localização tendem a ser consideravelmente reduzidos, em benefício das aglomerações urbanas (SCHOENBERGER, 1994).

Assim, genericamente falando, as cidades revelam-se tipos de ambientes onde se entrelaçam propriedades favoráveis à competitividade das empresas. Com efeito, figura no centro das análises sobre o papel das cidades notadamente o fato de que estas tendem a concentrar serviços aptos a influenciar o desempenho da economia, conforme ilustrado na abordagem de Sassen (1998) sobre as “cidades globais”. Mas o que de fato escora o significado econômico da configuração urbana é o processo de causa e efeito, com alimentação circular e contínua, que a caracteriza. Veja-se o que diz Paul Krugman sobre Nova York, em reflexão sobre os efeitos de grandes catástrofes como a que ocorreu em Manhattan em 11 de setembro de 2001:

O que mantém Nova York como uma grande cidade é a causação circular; pessoas e negócios lá se localizam devido às oportunidades criadas pela presença de outras pessoas e negócios.

E porque a economia da cidade é sustentada pela causação circular, um golpe suficientemente grande naquela economia poderia, teoricamente, causar um dano permanente. Se uma quantidade suficiente de negócios e pessoas vai embora, por qualquer razão, a economia local poderia cair para nível inferior à massa crítica e entrar numa espiral declinante na qual os negócios se vão porque outros negócios estão indo embora (KRUGMAN, 2001).

Praticamente pelos mesmos motivos – presença de externalidades, diversidade, interações –, as cidades sobressaem igualmente no debate sobre o chamado desenvolvimento local endógeno, referido na segunda seção da Unidade 3. Conforme salienta Vázquez Barquero (2001, p. 154), “a cidade é também um espaço para o desenvolvimento endógeno: gera externalidades que tornam possível o surgimento de rendimentos crescentes, conta com um sistema produtivo diversificado – que favorece a dinâmica econômica – e é um espaço de redes em que as relações entre atores contribuem para a difusão do conhecimento e estimulam os processos de inovação e aprendizagem das empresas [...]”.

4.2 O ESPAÇO URBANO COMO PRODUTO DE EMBATE ENTRE ATORES SOCIAIS

Realidade “em processo” e tipo de ambiente que favorece o desempenho econômico, o espaço urbano apresenta uma “anatomia” interna que reflete a maneira como se relacionam os grupos de atores sociais que produzem e consomem espaço. Isso significa que ele é modelado e remodelado no bojo dessas interações, as quais expressam os interesses e lógicas dos diferentes agentes envolvidos. As relações entre os aludidos atores sociais são permeadas por conflitos. Assim, apresentando-se como “produto social” (embora seja também, ao mesmo tempo, “condicionante social”, no sentido empregado na seção 1.1.1, na primeira unidade), o espaço urbano pode ser considerado uma espécie de “arena de disputa”.

A abordagem de Roberto Lobato Corrêa em *O espaço urbano* oferece uma interessante visão sobre as forças que produzem esse espaço (CORRÊA, 1989). Forçosamente esquemática, essa abordagem identifica cinco tipos de agentes:

- os grandes empresários da indústria e do comércio, chamados por Corrêa de proprietários dos meios de produção;
- os donos ou possuidores de terras, designados como proprietários fundiários;
- os empresários que valorizam capital produzindo (ou fazendo produzir) e vendendo objetos edificados, identificados pelo autor como promotores imobiliários;
- o Estado em termos gerais, mas referindo-se principalmente aos organismos e atividades/práticas que interferem no espaço urbano;
- as camadas mais pobres das populações das cidades, indicadas com a expressão “grupos sociais excluídos”.

Corrêa assinala que, no período contemporâneo, tais agentes sociais respondem pelo essencial das formas urbanas observadas. O conjunto destas constitui um espaço “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É [...] a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 1989, p. 9). Esse espaço corresponde ao

conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão (CORRÊA, 1989, p. 7).

Os interesses e as lógicas de atuação desses agentes não são os mesmos, como assinalado. Uma visão sobre isso, mesmo que muito geral, ajuda a entender como se dá a produção do espaço urbano. Mas vale repetir: trata-se de uma indicação esquemática, a aderência à realidade concreta podendo ser constatada só mediante investigação de natureza empírica.



Os grandes empresários da indústria e do comércio, que produzem espaço pelo simples fato da sua localização – interferindo, assim procedendo, nos parâmetros que influenciam as decisões de localização de outros agentes –, necessitam, como consumidores de espaço, de terra que represente não só base física às suas atividades, mas também acesso a mercados, por exemplo. Tais agentes têm igualmente interesse em estrutura de zoneamento do espaço urbano que permita instalar suas atividades nas localizações contempladas, para o que a interação com o Estado (que faz o planejamento urbano, definindo o uso do solo) mostra-se estratégica. Essa interação é também estratégica pelo que a ação pública representa na criação de infraestrutura e no combate à especulação fundiária praticada pelos donos ou possuidores de terra, que dificulta as atividades desses “proprietários de meios de produção”, comprometendo-lhes o desempenho.

Já quem tem a propriedade ou a posse da terra (propriedade e posse apresentam especificidades jurídicas, mas aqui interessa que ambas signifiquem exclusividade no uso da terra, na forma como o dono ou o possuidor entender, desde que nos limites das normas urbanas), deseja que no seu imóvel possa incidir o maior preço possível, numa negociação. Daí que os proprietários fundiários (na denominação de Corrêa) persigam os benefícios ligados a um uso do solo que outorgue grande “valorização”. Os usos comercial e residencial de alto padrão permitem isso, e, portanto, as interações dos proprietários fundiários com o Estado visam assegurar um zoneamento favorável, pois interessa a tais agentes que suas terras possibilitem investimentos com retornos financeiros atraentes. Integra essas interações com o Estado a criação de condições adequadas à edificação, como infraestrutura de acesso e saneamento básico. Note-se que o problema da especulação fundiária, geralmente refletida na existência de terrenos baldios, relaciona-se amplamente ao comportamento dos donos ou possuidores de terras.

Se as interações entre grandes empresários industriais e comerciais, de um lado, e donos e possuidores de terras, de outro, é inerentemente tensa, tão ou mais conflituosos são os vínculos entre os segundos e os promotores imobiliários, os empresários cujo papel é produzir e comercializar objetos edificados

(RIBEIRO, 1982). O “bloqueio” dessas interações, dificultando a fluidez do mercado imobiliário, reduz as possibilidades de atuação dos últimos: sem acesso à terra, é impossível construir. O recurso à ação do Estado, para manter lubrificada a respectiva relação – o Estado protagoniza iniciativas de renovação urbana e desapropriações – e garantir a necessária infraestrutura e um uso do solo favorável, é prática corrente entre promotores imobiliários.

Cabe notar que esses agentes usam diferentes estratégias para levar vantagem nas negociações com os donos ou possuidores de terras, como assinala Lipietz (1974).



Imagine-se, por exemplo, que, devido a relações institucionais privilegiadas, um promotor imobiliário percebe mudanças futuras no uso do solo em uma cidade (numa parte da cidade, num bairro). Esse promotor adquire terra por preço correspondente ao uso atual, aguarda as mudanças acenadas, praticando especulação fundiária e, uma vez alterado o uso do solo na direção esperada, edifica e vende os imóveis por preços que trazem embutido o novo uso, muito mais rentável. Os termos de compra da terra teriam sido outros se o dono ou possuidor tivesse o mesmo nível de informação sobre as mudanças futuras na cidade.

Merece ainda destaque que os promotores imobiliários costumam produzir para a faixa da população capaz de pagar por uma mercadoria cara como a habitação (principalmente apartamentos, pela tendência de verticalização das cidades). Assim, esses agentes voltam-se prioritariamente aos segmentos imobiliários de maior padrão, deixando a descoberto os setores mais populares e, por extensão, contribuindo para a existência e manutenção do *deficit* habitacional. Note-se que esse tipo de conduta é histórico. Observando a situação de cidades como Londres, Paris, Berlim e Viena, [Friedrich Engels](#) analisou o problema da escassez de habitações populares em três artigos escritos em 1872 para um jornal de Leipzig. Uma frase é sugestiva: “a indústria da construção, à qual as residências de aluguel elevado oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá residências operárias” (ENGELS, 1988, p. 18).

O Estado, particularmente na sua dimensão municipal (escala em que são formulados os Planos Diretores, por exemplo), também se apresenta como importante produtor de espaço, tanto quanto consumidor de espaço. Na verdade, o Estado incorpora uma multiplicidade de papéis por “atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos” (CORRÊA, 1989, p. 24).

Filósofo e cientista social alemão, [Friedrich Engels](#) (1820-1895) foi companheiro e o principal colaborador do também filósofo e cientista social alemão Karl Marx (1818-1883) no esforço de laborar o campo do materialismo histórico. Produziu, individualmente e com Marx, uma importante obra focada na análise crítica do capitalismo. Em livro de 1845 intitulado “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Engels aborda temas que, de uma forma ou de outra, são por ele revisitados nos seus escritos posteriores sobre o problema da habitação.

Mas é pela conjugação das funções de agente provedor de infraestruturas e de serviços, de uma parte, e de produtor e aplicador do aparato legal, regulatório e tributário, de outra parte, que o Estado interfere no espaço urbano, contribuindo decisivamente para a sua modelagem.

Registre-se que a precariedade da ação estatal no que concerne às infraestruturas e serviços tem sido colocada analiticamente no centro das situações de crise vivenciadas por numerosos tecidos urbanos, principalmente nos países da periferia e da semiperiferia da economia mundial. Essa ação estatal é assimilada à criação e gestão dos chamados meios de consumo coletivo urbanos (MCCU), isto é,

valores de uso que por algumas de suas características são difíceis de ser providos pelo capital individual, sendo porém indispensáveis para a acumulação do capital em geral. [...] Entre os [...] mais importantes, [...] assinalamos os serviços públicos, o sistema viário e os espaços coletivos, os serviços de saúde, de educação e habitação para setores populares [...] (JARAMILLO, 1986, p. 19).



As deficiências da ação do Estado relativamente aos MCCU repercutem de modo particularmente negativo junto aos contingentes mais necessitados. Desamparados, tais contingentes costumam responder, em certos momentos com bastante visibilidade e estridência. É sobretudo nessas ocasiões que se pode perceber o quanto as camadas mais pobres das populações cidadinas também imprimem a sua marca no tecido urbano, não raramente no marco de empreendimentos coletivos no seio das comunidades. “É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes” (CORRÊA, 1989, p. 30).

Mas o histórico de embates em torno dessas questões revela o conteúdo fortemente conflituoso das relações envolvendo a produção (e o consumo) de espaço pelos “grupos sociais excluídos”, como não permite discordar a experiência brasileira. As rusgas com o Estado são recorrentes, por conta, entre outras coisas, de reivindicações não atendidas e, talvez sobretudo, da repressão frequentemente empregada pelo poder público, como não deixam dúvidas as coberturas jornalísticas sobre favelas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

4.3 O BRASIL EM QUESTÃO: URBANIZAÇÃO ACELERADA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A velocidade da urbanização brasileira se traduz em processo no bojo do qual a representatividade dos contingentes populacionais que habitam cidades muito mais que dobrou entre os censos populacionais de 1940 e 2000. De menos de 1/3 da população total, esses contingentes alcançaram patamar superior a 81%, os três decênios separando os censos de 1950 e 1980 mostrando-se particularmente significativos, já que a correspondente trajetória de mudança foi de mais de trinta pontos percentuais. Esse processo não se mostrou uniforme no território brasileiro.

Biblioteca Virtual



Na Biblioteca Virtual você encontra uma ilustração sobre esse crescimento intitulada: “Nota sobre a expansão da população urbana no Brasil”.

Um aspecto a ser realçado na dinâmica urbana brasileira é o marcado crescimento das aglomerações de porte médio. Isso guardou relação ao menos parcial com o processo de desconcentração industrial protagonizado no país entre as décadas de 1970 e 1980, um movimento já referido na seção 1.3, na primeira unidade deste livro. Mas as oportunidades acenadas localmente, haja vista movimentos ligados a certas especificidades setoriais e geográficas, também contribuíram. São ilustrativas algumas experiências como as reportadas na reportagem de Caixeta (2003) – também já referida –, que destacou as possibilidades em setores como os de petróleo, em Macaé (RJ), soja, em Rondonópolis (MT), metal-mecânico, em Caxias do Sul (RS), farmacêutico, em Anápolis (GO), e sucroalcooleiro, em Sertãozinho (SP).

Também na área de tecnologia da informação observam-se movimentos que merecem referência. Material de divulgação com alcance nacional, encimado pelo sugestivo título “O Brasil da inovação”, louvava recentemente o desempenho de sete polos do gênero: dois no Nordeste, Campina Grande (PB) e Recife (PE); dois no Sul, Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS); e três no Sudeste, Belo Horizonte (MG), Hortolândia (SP) e Petrópolis (RJ). Essa *performance* atinge escala internacional em certos casos e repercute na atração de profissionais e na instalação de novas empresas. Três desses polos não ficam em capitais de estado e pelo menos quatro (Campina Grande, Florianópolis, Hortolândia e Petrópolis) não correspondem a cidades de grande porte (TODESCHINI; BETTI, 2008).

Em outras experiências, são as atividades do setor de serviços, particularmente do turismo, que respondem por parte do crescimento urbano. De alguma forma, dois destinos turísticos catarinenses, Florianópolis e Balneário Camboriú, representam ilustrações (LINS, 2003a). Mas o extenso litoral brasileiro – e provavelmente algumas localidades interioranas – certamente registra outros casos.

Entretanto, é irrevogável a influência econômica dos grandes centros urbanos sobre o território brasileiro. Como assinalam Markusen e Diniz (2003), em 2000 o Brasil apresentava 16 aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes, situação que inspira a conclusão de que, apesar da desconcentração industrial das décadas de 1970 e 1980, “a concentração urbana está [...] crescendo” (MARKUSEN; DINIZ, 2003, p. 13). Um outro estudo, desenhado para identificar a influência econômica das grandes aglomerações urbanas do país, verificou um “rateio” do espaço nacional entre os macropolos observados, cuja quantidade era de pouco mais de uma dezena segundo a metodologia utilizada. Apesar desse número, tem destaque a influência da Região Metropolitana de São Paulo: o estudo destaca que o sistema regional brasileiro apresenta um

forte componente estrutural, em razão da relativa estabilidade da rede urbana e das trocas inter-regionais, cuja dinâmica resulta de processos históricos que conformam configurações espaciais específicas no contexto de polarização nacional. No caso do desenvolvimento regional brasileiro recente, essa configuração do espaço econômico regional ocorre em virtude de vantagens ou desvantagens de localização em relação à proximidade ou distância do polo nacional de São Paulo e, secundariamente, do Rio de Janeiro. Graças aos efeitos de transbordamento e acessibilidade, as áreas próximas de influência direta do polo de São Paulo possuem vantagens de forte integração industrial intra-regional. Tais vantagens são decorrentes da integração geográfica intersetorial e da escala urbana, capazes de ofertar um amplo espectro de serviços superiores ligados à produção industrial, como infra-estrutura de conhecimento, havendo, neste caso, uma efetiva rede de cidades economicamente integradas (LEMOS, 2003, p. 697-698).

Para considerar essa questão, é importante levar em conta que o Sudeste foi comparativamente favorecido pela onda de liberalização (abertura comercial, privatizações) dos anos 1990. E nessa região, São Paulo foi especialmente beneficiado, na comparação das resultantes possibilidades de dinamização econômica, tendo em vista a sua posição nacional quanto à concentração de atividades mais competitivas.

Cabe postular que o próprio processo de desconcentração produtiva, nas décadas de 1970 e 1980, contribuiu para cimentar essa influência econômica, pois as interações envolvendo a “metrópole nacional”, desdobradas geograficamente, ganharam em intensidade e amplitude. De outra parte, essa desconcentração incidiu principalmente em outras cidades do estado de São Paulo mais ou menos próximas da capital, adensando uma malha urbano-industrial que, por conta das existentes inter-relações, estende seu raio de influência sobre outros centros industriais de médio porte, no próprio Sudeste e também no Sul.



O “espalhamento” de São Paulo (e de outras grandes aglomerações) se traduz igualmente numa intensa suburbanização. Essa dispersão urbana, facilitada e mesmo impulsionada pela estrutura rodoviária, promove (sendo ao mesmo tempo promovida por) uma organização espacial caracterizada pela proliferação de núcleos exibindo, por exemplo, *shopping centers*, órgãos governamentais, centros de escritórios e, talvez com maior destaque, áreas residenciais na forma de condomínios fechados. Principalmente no que concerne a esses últimos, tal “modelo” urbano significa aprofundamento da segregação – mediante, a rigor, auto-segregação, ou seja, segregação residencial voluntária (CORRÊA, 1989) – e, como derivação, aumento das desigualdades sociais (PARA..., 2005).

Esse aspecto relativo à segregação residencial encontra ampla tradução na tendência de aumento do número de condomínios fechados em áreas urbanas de distintos tamanhos. Em cidades como São Paulo essa dinâmica é particularmente nítida. Mostra-se ilustrativa uma manchete em caderno de imóveis do jornal *Folha de S. Paulo* anos atrás – “Explosão horizontal” – que remetia a artigo em torno do fato de que, nos cinco anos anteriores, “o crescimento do número de imóveis desse tipo foi de 520% na capital e de 575% na região metropolitana” (PERET; VEIGA, 2002, p. E1).

A situação não se mostra diferente no Rio de Janeiro. Já no começo dos anos 1990 se divulgava a existência – e o crescente prestígio – de uma nova forma de morar em locais como a Barra da Tijuca, conjugando (ou acenando com) exclusividade, “homogeneidade social” e proteção contra a violência (VENTURA,

1990). A adesão a esse aceno, somente detectada, é claro, junto a quem pode ter acesso a condições de moradia bastante dispendiosas, não deixa de ter consequências mais amplas: “pessoas que habitam condomínios ‘completos’ tornam-se auto-referentes e individualistas” (URBANISTAS..., 2005, p. C3).

Esse tipo de fenômeno, que abrange empreendimentos residenciais e também para outros usos – comercial, de serviços, administrativos –, tem chamado a atenção de vários pesquisadores, que enfatizam um implícito caráter segregacionista, representando uma espécie de “ataque” ao espaço público. “Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. [...] Geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos [...]” (CALDEIRA, 1997, p. 155).

Espaços urbanos fraturados são o corolário desse “modelo” urbano, com incidência particularmente intensa na utilização residencial do solo urbano, como sugere uma eloquente manchete da *Folha de S. Paulo*: “Expansão de condomínios e favelas marca segregação” (GOIS 2004, p. C6). Esse duplo movimento com sinais contrários na caracterização social – proliferação de espaços residenciais elitizados e “fechados” e de áreas de favela – não é prerrogativa de São Paulo. Em distintos estados brasileiros a questão é observada, principalmente nas maiores áreas urbanas. “Seis milhões e meio de brasileiros vivem em favelas. Uma população que aumentou 45% entre 1991 e 2000, taxa três vezes superior à média do crescimento populacional no país” (THOMÉ, 2006, p. C1).

Ao mesmo tempo, a ação pública necessária à criação de condições de vida minimamente aceitáveis nesses ambientes – envolvendo os já mencionados, na seção 4.2, meios de consumo coletivo urbanos – revela-se claramente insuficiente. As iniciativas governamentais voltadas à regularização plena das favelas e à criação de acesso dos mais pobres à moradia, por exemplo, ainda parecem excessivamente rarefeitas, a julgar pela entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* pela ex-Secretária de Projetos Urbanos do Ministério das Cidades (CORSALETTE, 2008). Pelas evidências, há falta em escala de país de estratégia ligada à definição do volume de investimentos para o setor habitacional. Daí mostrar-se o plano local, ao nível das aglomerações urbanas, como reduto de iniciativas de certo destaque, conforme o texto “Planejamento e promoção do desenvolvimento com dimensão espacial: ênfase na experiência brasileira”, disponível na biblioteca virtual

Contudo, no âmbito local, em nível de aglomeração urbana, não são apenas as iniciativas ligadas às questões de reprodução da força de trabalho e de meios

de consumo coletivo urbanos, entre outras mais “tradicionais” nos debates sobre a problemática urbana, que ostentam visibilidade no Brasil. Em distintas experiências, o “paradigma” da cidade competitiva se faz notar como eixo, por assim dizer, norteador da reflexão sobre o desenvolvimento e, particularmente, da formulação de políticas e iniciativas para a cidade.

Biblioteca Virtual



Consulte na Biblioteca Virtual o texto “A chamada ‘nova questão urbana’: o espaço urbano perante a globalização” que versa sobre o “paradigma” da cidade competitiva.

Uma ilustração de protagonismo no marco do *planejamento urbano estratégico* (também aludido no texto que está disponível no ambiente virtual), entre cujos instrumentos principais figura o *city marketing*, refere-se a Curitiba, no demonstrado afã de atrair investimentos da indústria automobilística desde meados da década de 1990 (MOURA, 2003; OLIVEIRA, H., 2005). Uma outra ilustração possível, embora com perfil e intensidade diferentes do observado em Curitiba, vincula-se a Florianópolis, divulgada por meio de imagens símbolos que exaltam os atributos locais para o desenvolvimento do turismo e das atividades de alta tecnologia (LINS, 2009). Uma terceira ilustração concerne às ações ligadas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”, na década de 1990 (VAINER, 2002b).

Saiba Mais



ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENCARNAÇÃO, Maria; SPOSITO, Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

Resumo da unidade:

Nesta unidade foram abordados diferentes aspectos do debate contemporâneo sobre a problemática urbana. Tais aspectos representam ângulos distintos e específicos da reflexão sobre as cidades. Falou-se que a urbanização é um processo histórico e que sua expansão, principalmente no marco do capitalismo industrial, tem nas migrações desde as áreas rurais um vetor fundamental. Ao mesmo tempo, as cidades – os espaços urbanos – representam configurações espaciais cuja importância para o dinamismo econômico é muito grande. Figuram na base dessa importância traços como diversidade, heterogeneidade e multiplicidade, dos agentes que compõem esses ambientes e de suas respectivas atividades, traços que favorecem, por exemplo, vários tipos de complementaridade. Diversidade é a regra também no que concerne à “modelagem” da cidade, pois, “produto social” (tanto quanto “condicionante social”), o espaço urbano “resulta” de interações que envolvem diferentes forças, expressando lógicas e interesses exclusivos. Numa referência ao Brasil, tocou-se em questões que, no conjunto, permitem uma visão até certo ponto abrangente da problemática urbana no país. Falou-se em urbanização acelerada e diferenciada, conforme os estados e regiões; crescimento das cidades de porte médio; influência econômica que os grandes centros urbanos exibem em termos espaciais; dinâmica da suburbanização; segregação socioespacial, associada à favelização acelerada e à proliferação de formas urbanas como condomínios fechados; presença do sentido de “cidade competitiva” na gestão e no planejamento urbano em alguns casos.

Atividade de Aprendizagem – 4

- 1) Escreva pelo menos um parágrafo comentando, a partir da primeira seção desta unidade – mas com liberdade para recorrer a outras partes deste livro ou a outras fontes –, a seguinte afirmação: as cidades, tendo em vista as características geralmente exibidas pelos tecidos urbanos, costumam se revelar ambientes que favorecem o dinamismo econômico.
- 2) Considerando o que é tratado na segunda seção, fale em pelo menos um parágrafo sobre a cidade (ou o vilarejo, a localidade) onde você vive, identificando os tipos de agentes modeladores do espaço que, na sua opinião, mais contribuem para “produzir” esse espaço. Sustente o seu ponto de vista com argumentos e exemplos.
- 3) O que se pode dizer sobre o local onde você vive (cidade, vilarejo, localidade) em relação ao problema da fragmentação socioespacial, conforme à perspectiva explorada na terceira seção? Sustente a sua resposta, que deverá ter no mínimo um parágrafo.
- 4) Na terceira seção foram abordados vários aspectos da problemática urbana contemporânea no Brasil: por exemplo, velocidade e diferenciação da urbanização; crescimento das cidades de porte médio; influência econômica dos grandes centros urbanos em termos espaciais; suburbanização; segregação socioespacial; fa-

velização acelerada; enraizamento do sentido de “cidade competitiva” na gestão urbana. Escolha um desses temas e, a partir de pesquisa em material acadêmico (artigos de periódicos, livros, capítulos de livros) e/ou documental (relatórios técnicos, documentos públicos, estatísticas), escreva uma página sobre um ou mais aspectos do problema pelo qual você se decidiu. O ângulo da abordagem é de sua própria escolha. Observe que a internet é um instrumento muito útil para esse tipo de pesquisa, e poderá ser amplamente utilizado. Mas atenção: o texto terá que ser, necessariamente, de sua própria autoria.



REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz. O “Estudo dos Eixos” como instrumento de planejamento regional. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003. p. 171-186.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

_____. A dimensão territorial do desenvolvimento. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-3, 12-15 abr. 2001.

ALBAGLI, Sarita. **Globalização e espacialidade: o novo papel do local**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ. Projeto: Globalização e inovação localizada – experiências de sistemas locais no âmbito do Mercosul e proposições de políticas de C&T. Nota Técnica 04-98. mar. 1998.

AMABLE, Bruno; PETIT, Pascal. Ajustamento estrutural e política industrial: uma abordagem reguacionista. In: THÉRET, Bruno; BRAGA, José C. de S. (Org.). **Regulação econômica e globalização**. Campinas: UNICAMP-IE, 1998. p. 351-391.

ANGELO, Cláudio. Estudo vê ‘cidades’ indígenas no Xingu. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A18, 29 ago. 2008.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARAÚJO, Tânia B. de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. Da F.; NABUCO, Maria R. (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. p. 87-95.

ARAÚJO, Tânia B. de. O elogio da diversidade regional brasileira. In: MINEIRO, Adhemar dos S.; ELIAS, Luiz A.; BENJAMIN, César (Org.). **Visões da crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 161-181.

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: abr. 2005.

- AZZONI, Carlos R.; FERREIRA, Dirceu A. Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. esp., p. 55-85, jul. 1997.
- BACELAR, Tânia. Globalização e território. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 8-10, jun. 2008.
- BAER, Werner. Neoliberalismo, federalismo e política regional no Brasil. In: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. **A política regional na era da globalização**. São Paulo: FKAS, 1996. p. 153-155. (Debates, n. 12).
- BANDEIRA, Pedro S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (Org.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.
- BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus/SOBBET, 1996.
- BECCATTINI, Giacomo. Le district marshallien: une notion sócio-économique. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (Dir.). **Les regions qui gagnent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 35-55.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BOISIER, Sergio et al. La descentralización: el eslabon perdido de la cadena transformación productiva con equidad y sustentabilidad. **Cuadernos del ILPES**, Santiago de Chile, n. 36, CEPAL-ILPES, 1992.
- BOISIER, Sergio. **Modernidad y territorio**. Santiago de Chile: ILPES, 1996.
- _____. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. XXX, n. 90, p. 27-40, sep. 2004.
- BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão euro-péia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 79-99.
- BOUDEVILLE, Jacques-R. **Problems of regional economic planning**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1966.

- BOURDIEU, Pierre. Le champ économique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 119, p. 48-66, Sep. 1997.
- _____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRANDÃO, Carlos A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.
- BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF, NEAD, 2003. (Textos para Discussão, 4).
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. As estruturas do cotidiano. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRET, Bernard; THERY, Hervé. Bilan de l'aménagement du territoire au Brésil après vingt ans de régime militaire. **Problèmes de l'Amérique Latine**, n. 78, p. 115-135, 1985.
- BUAIZ, Vitor. Desigualdades regionais: quem se importa? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1-3, 12 maio 1996.
- CAIXETA, N. Onde está o dinheiro?. **Exame**, São Paulo, p. 36-41, 12 nov. 2003.
- CALDEIRA, Teresa P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.
- CAMARGO, Aspásia. A federação acorrentada: nacionalismo desenvolvimentista e instabilidade democrática. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, Caxambu. **Anais...**, Caxambu, 1992.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas: Ed. da Unicamp, 1985.
- _____. Perspectivas para a questão regional no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.15, n. 2, p. 312-320, 1994.
- CARIOLA, Cecilia; LACABANA, Miguel. La metrópoli fragmentada: Caracas entre la pobreza y la globalización. **EURE**, Santiago, v. 27, n. 80, p. 9-32, maio 2001.
- _____. Caracas metropolitana: exclusión social, pobreza y nueva pobreza en el contexto de las políticas neoliberales. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 21, n. 56, p. 145-153, ago. 2004.

- CARLOS, Ana F. **A cidade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CAVALCANTI, Carlos E. G.; PRADO, Sérgio. **Aspectos da guerra fiscal no Brasil**. Brasília: IPEA; São Paulo: FUNDAP, 1998.
- CERDAN, Claire; SAUTIER, Denis. Réseau localisé d'entreprises et dynamique territoriale: le bassin laitier de Gloria (Nordeste Brésil). In: MOITY-MAÏZI, Pascale et al. (Éd.). *Systèmes agroalimentaires localisés: terroirs, savoir-faire, innovations. Etudes et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement*, INRA, n. 32, p. 131-144, 2001.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CINTRA, Juiz A. Onde o Brasil cresce como a China. **Exame**, São Paulo, p. 30-33, 5 jul. 2006.
- COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander P. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- COMERLATTO, Lairton M.; LINS, Hoyêdo N. Produção moveleira em São Bento do Sul (SC): a perspectiva das cadeias mercantis globais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 503-503, 2008.
- CONSTANTINO, Luciana. Nordestinos deixam SP e migram de volta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C6, 23 abr. 2006.
- CORAGGIO, Jose L. **La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado**. SEMINARIO TALLER INTERNACIONAL: CULTURA Y DESARROLLO: LA PERSPECTIVA REGIONAL/LOCAL, IADAP, Quito, 15-17 mar. 2000.
- CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CORSALETTE, Conrado. Relatora da ONU vê 'esquizofrenia' em política federal para a habitação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A16, 30 jun. 2008. (Entrevista com Raquel Rolnik, ex-Secretária de Projetos Urbanos do Ministério das Cidades).
- COSSO, Roberto. Renúncia tributária atinge R\$ 39 bi. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1-13, 20 fev. 2000.

COSTA, Achilles B. da; FLIGENSPAN, Flávio B. A indústria de calçados e o Nordeste brasileiro. ENCONTRO DE ECONOMIA E ECONOMETRIA DA REGIÃO SUL, I, 1998, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, Anpec, 1998. (CD-ROM).

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica. **Economia e Sociedade**, São Paulo, n. 1, p. 69-87, ago. 1992.

_____. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003. p. 37-47.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 29-45, jul./dez. 2006.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DÍAZ-BAUTISTA, Alejandro. **Efectos de la globalización e la competitividad y en los sistemas productivos locales de México**. México: Observatório de la Economía Latinoamericana, 2001. Disponível em: www.eumed.net/coursecon/15/globalizacion.htm. Acesso em: jun. 2003.

DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

DUNNING, John H. Changes in the level and structure of international production: the last one hundred years. In: **Explaining international production**. London: Unwin Hyman, 1988. p. 71-119.

DUPUY, Claude; GILLY, Jean-Pierre. Collective learning and territorial dynamics: a new approach to the relations between industrial groups and territories. **Environment and Planning A**, London, v. 28, p. 1603-1616, 1996.

ENCARNAÇÃO, Maria; SPOSITO, Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

ESQUIADORES deslizam na neve em pista cravada no deserto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. F6, 11 out. 2007.

FAISSOL, Speridião (Org.). **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FARAH, Marta F. S. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003. p. 81-94.

FAURÉ, Yves-A.; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

FELDMAN, Maryann P.; AUDRETSCH, David B. Innovation in cities: science-based diversity, specialization and localized competition. **European Economic Review**, n. 43, p. 409-429, 1999.

FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOLCH, Ignacio V. Negócio das arábias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 10, 5 ago. 2007.

FOLHA de S. Paulo. **ONU tenta evitar caos urbano no século 21**, São Paulo, p. 3-1, 4 fev. 1996.

FOLHA de S. Paulo. **Qual será o futuro das cidades?**, São Paulo, 2 maio 1999. (Caderno Especial).

FREYSSINET, Michel. Qualification du travail: tendances et mise en question. In: DATAR. **Travaux et Recherches de Prospective**, Paris, n. 57, 1975.

FRIEDMANN, John. The regional policy problem. In: **Regional development policy: a case study of Venezuela**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1966. p. 5-19.

FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde. **Territory and function: the evolution of regional planning**. London: Edward Arnold, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GALVÃO, Antonio C. F. Alguns comentários sobre a experiência brasileira de política regional e suas perspectivas. In: Fundação Konrad-Adenauer-

Stiftung. **A política regional na era da globalização**. São Paulo: FKAS, 1996. p. 141-151. (Debates, n. 12).

GALVÃO, Antonio C. F.; BRANDÃO, Carlos A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003. p. 187-205.

GALVÃO, Vinícius Q. Nova York volta a atrair sedes de grandes empresas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. B9, 6 ago. 2006.

GAROFOLI, Gioacchino. Economic development, organization of production and territory. **Revue d’Economie Industrielle**, Paris, n. 64, p. 22-37, 1993.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Débat: l’aménagement du territoire: nouvelles donnes? **L’Espace Géographique**, Paris, n. 4, p. 273-290, 1989.

GEREFFI, Gary. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICS, Miguel (Ed.). **Commodity chains and global capitalism**. London: Greenwood Press, 1994. p. 95-122.

_____. Global production systems and Third World development. In: STALLINGS, Barbara B. (Ed.). **Global change, regional response: the new international context of development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 100-142.

_____. **A commodity chains framework for analyzing global industries**. Durham: Duke University, Aug. 1999. (mimeo).

GLYN, Andrew et al. The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, Stephen; SCHOR, Juliet B. (Ed.). **The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience**. Oxford: Clarendon, 1990. p. 39-125.

GOIS, Antônio. Expansão de condomínios e de favelas marca segregação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C6, 26 set. 2004.

_____. População das cidades supera a rural no planeta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A14, 28 jun. 2007.

GOMES, Gustavo M. Mais desigualdades entre os Estados? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2-2, 28 jul. 1996.

GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003.

GORE, Charles. **Regions in question: space, development theory and regional policy**. London: Methuen, 1984.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 15, p. 41-95, jun. 1997.

HADDAD, Paulo R. Introdução. In: HADDAD, Paulo R. (Ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. p. 3-5. (Monografia n. 8).

_____. O que fazer com o planejamento regional no Brasil da próxima década? **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 1, p. 67-91, jun. 1989.

_____. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. **A política regional na era da globalização**. São Paulo: FKAS, 1996. p. 133-148. (Debates, n. 12).

HALL, Peter. **Urban and regional planning**. Norwich: Penguin Books, 1980.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HUDSON, Ray. The learning economy, the learning firm and the learning region: a sympathetic critique of the limits to learning. **European Urban and Regional Studies**, London, v. 6, n. 1, p. 59-72, 1999.

_____. Region and place: rethinking regional development in the context of global environmental change. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 6, p. 827-836, 2007.

HUMPHREY, John; MEMEDOVIC, Olga. **The global automotive industry value chain: what prospects for upgrading by developing countries**. Vienna: United Nations Industrial Development Organization, 2003.

JARAMILLO, Samuel. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 2, n. 18, p. 19-38, 1986.

JESSOP, Bob. Post-Fordism and the State. In: AMIN, Ash (Ed.). **Post-Fordism: a reader**. Oxford: Blackwell, 1994. p. 251-279.

JOHNSTON, Ronald J. The State, the region, and the division of labor. In: SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael (Ed.). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Winchester: Allen & Unwin, 1986. p. 265-280.

JUMA, Calestous. Think locally, act locally. **SciDev.Net**, may 30th 2002. Disponível em: www.scidev.net. Acesso em: nov. 2002.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KLARE, Michael T. The new geography of conflict. **Foreign Affairs**, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001.

KLING, Maureen. Um enclave de sucesso e prosperidade criado por pequenas empresas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. 2, 2-4 set. 1994. (Traduzido do The Wall Street Journal).

KRUGMAN, Paul. Reckonings; an injured city. **The New York Times**, New York, 3 Oct. 2001. Disponível em: www.nytimes.com. Acesso em: nov. 2008.

LAGE, Janaina. IBGE revela as 12 cidades mais influentes do país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C1, 11 out. 2008.

LAJUGIE, Joseph; DELFAUD, Pierre; LACOUR, Claude. **Espace regional et aménagement du territoire**. Paris: Dalloz, 1979.

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 143-181, jun. 1997.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Contraponto, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **La révolution urbaine**. Paris: Gallimard, 1970.

LEMOS, Mauro B. et al. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 665-700, out./dez. 2003.

LEVER, William F.; TUROK, Ivan. Competitive cities: introduction to the review. **Urban Studies**, v. 36, n. 5-6, p. 79-793, 1999.

LIMA, Isabelle M. Ceará vira polo exportador de grifes de luxo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. B8, 13 nov. 2005.

LINS, Hoyêdo N. **Restructuration du capital, industrialisation périphérique et changement régional**: essai sur l'évolution contemporaine des structures économiques de l'Ouest de la France (Régions de Programme: Pays de la Loire et Bretagne). 1988. Tese (Doutorado em Geografia – Organização do Espaço) – Université François Rabelais, Tours, 1988.

_____. Relações Estado-região: desafios *fin-de-siècle*. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2, São Paulo, maio 1997, SEP. **Anais...**, v. 2, p. 291-310.

_____. Globalização e integração econômica: impactos sócio-espaciais. In: VIGEVANI, Tullo; LORENZETTI, Jorge (Org.). **Globalização e integração regional**: atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998. p. 186-223.

_____. **Reestruturação industrial em Santa Catarina**: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000a.

_____. *Clusters* industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 233-265, 2000b.

_____. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 78-101, 2001.

_____. Transformações econômicas e reflexos espaciais no Brasil meridional. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos. A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003a. p. 499-517.

_____. Promoção do desenvolvimento em escala territorial: uma abordagem com ênfase na experiência catarinense. **Texto para Discussão**, Florianópolis: UFSC/Depto. De Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Economia, n. 6, 2003b.

_____. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2006.

_____. Dinâmicas planetárias e efeitos locais: a ótica das cadeias mercantis. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 83-110, dez. 2007a.

_____. A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 127-162, jan./abr. 2007b.

_____. Desenvolvimento local em Santa Catarina: um breve perfil da pesquisa. In: FAURÉ, Yves-A.; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007c. p. 111-137.

_____. A “**Ilha da Magia**” e seus alquimistas: alto-relevo de processos recentes numa cidade-capital. Florianópolis: UFSC/PPGE, 2009. Trabalho aceito para apresentação no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Florianópolis, 25 a 29 de maio de 2009, também no III Encontro de Economia Catarinense, Blumenau, 23 a 25 de abril de 2009, sob os auspícios da Associação de Pesquisa em Economia Catarinense.

LIPIETZ, Alain. **Le tribut foncier urbain**. Paris: François Maspero, 1974.

_____. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988a.

_____. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988b.

_____. Du développement local au développement durable. **Territoires**, Paris, n. 431, Oct. 2002.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUNDEVALL, Bengt-Ake; BORRÁS, Susana. The globalising learning economy: implications for innovation policy. Brussels: European Commission, **Directorate General XII - Science, Research & Development**, 1997.

MACEDO, Mariano de M. Agências de Desenvolvimento e Policy Networks: noções conceituais e exemplos das experiências internacional e nacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 96, p. 49-76, maio/ago. 1999.

- MARKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 9-44, dez. 1995.
- MARKUSEN, Ann; DINIZ, Clelio C. **The differential competitiveness of Latin American regions: opportunities and constraints**. Seminar “Global and local: confronting the challenges of regional development in Latin America and the Caribbean”. Milan: Inter-American Development Bank, Mar. 2003.
- MARSHALL, Alfred. **Principles of economics: an introductory volume**. 8. ed. London: Macmillan, 1979.
- MARTINS, Lucia; BATISTA, Marcus. Municípios querem “rachar” Estado de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3-4, 16 jun. 1997.
- MARX, Karl. **Le capital**. Livre I. Moscou: Editions du Progrès, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 10 Capítulo seguido das Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- MASKELL, Peter; MALMBERG, Anders. Localised learning and industrial competitiveness. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 23, p. 167-185, 1999.
- MASSEY, Doreen. In what sense a regional problem? **Regional Studies**, London, v. 13 p. 233-243, 1979.
- _____. **Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production**. London: MacMillan, 1984.
- MATTOS, Carlos A. de Paradigmas, modelos y estrategias en la practica latinoamericana de planificación regional. **Revista Interamericana de Planificación**, Ecuador, v. XXIII, n. 89, p. 5-41, Ene./Mar. 1990.
- _____. Transformación de las ciudades latinoamericanas: impactos de la globalización? **EURE**, Santiago, v. 28, n. 85, p. 5-10, dic. 2002.
- MENEZES, Cynara. Brasil em dois tempos. **CartaCapital**, São Paulo, p. 14-19, 28 ago. 2002.
- MOITY-MAÏZI, Pascale et al. (Éd.). **Systèmes agroalimentaires localisés: terroirs, savoir-faire, innovations**. Etudes et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, INRA, n. 32, 2001.
- MONACHESI, Juliana. As ligações concretas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 6 out. 2002.

- MOURA, Rosa. Inversões urbanas en el contexto de la competitividad y globalización: los eventos en Curitiba. **EURE**, Santiago, v. 29, n. 86, p. 51-68, mayo 2003.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NADVI, Khalid. The cutting edge: collective efficiency and international competitiveness in Pakistan. **Discussion Paper**, Brighton, n. 360, July 1997.
- NADVI, Khalid; SCHMITZ, Hubert. Industrial clusters in less developed countries: review of experiences and research agenda. **Discussion Paper**, Brighton, n. 339, Jan. 1994.
- NOVO endereço. **Veja**, São Paulo, p. 72-73, 17 jan. 1990.
- OECD. **Technology and the economy**. Paris: OECD/The Technology-Economy Program, 1992.
- OLIVEIRA, Jota. Desconcentração paulista beneficia Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 10, 27 maio 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- OLIVEIRA, Hipólita S. de. Gestão urbana e investimento industrial: considerações sobre o parque automotivo da Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 92-103, 2005.
- PACHECO, Carlos A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, São Paulo, n. 6, p. 113-140, jun. 1996.
- PARA críticos, dispersão acirra desnível social. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C3, 31 out. 2005.
- Industrial**, v. 1, n. 1, p. 92-103, 2005.
- PENA, Felipe. Biografias em fractais: múltiplas identidades em redes flexíveis e inesgotáveis. **ALCEU**, v. 4, n. 8, p. 94-105, jan./jun. 2004.
- PERET, Marlene; VEIGA, Patrícia T. da. Explosão horizontal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. E1, 18 ago. 2002. (Caderno Imóveis).
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Morais Editora, 1967.

_____. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (Org.). **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 98-110.

PIORE, Michel; SABEL, Charles F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

QUIGLEY, John M. Urban diversity and economic growth. **Journal of Economic Perspectives**, v. 12, n. 2, p. 127-138, Spr. 1998.

RABELLOTTI, Roberta. Is there an 'Industrial District Model'? Footwear districts in Italy and Mexico compared. **World Development**, v. 23, n. 1, p. 29-41, 1995.

REQUIER-DESJARDINS, Denis; RODRIGUEZ, Gonzalo. L'impact environnemental de l'agro-industrie de la panela: agriculture durable et système agroalimentaire localisé. 7ème CONFÉRENCE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE D'ECONOMIE ECOLOGIQUE, Sousse, Mar. 2002.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, Luis A. M. da (Org.). **Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 29-47.

ROCHEFORT, Michel. Cidades e globalização. **Mercator**, Ceará, v. 1, n. 2, p. 7-11, 2002.

ROSA, Antonio L. T. da. Reestruturação regional da indústria brasileira: em direção a um processo de reconcentração nos anos 90? **Economia & Empresa**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 47-63, jul./set. 1996.

SÁ, Nelson de. **Uma secessão brasileira**. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 5-12, 16 jun. 1996.

SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; JAYME JR., Frederico G. Knowledge externalities and growth in peripheral regions: introductory notes. **Texto para Discussão**, Belo Horizonte, n. 278, dez. 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SASSEN, Saskia. Cidades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. **EURE**, Santiago, v. 24, n. 71, p. 5-25, mar. 1998.

SCHMITZ, Hubert. On the clustering of small firms. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 23, n. 3, p. 64-69, July 1992.

_____. Collective efficiency: growth path for small-scale industry. **The Journal of Development Studies**, Manchester, v. 31, n. 4, p. 529-566, Apr. 1995.

SCHOENBERGER, Erica. Competition, time, and space in industrial change. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Ed.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994. p. 51-66.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

SCOTT, Allen J. Regional motors of the global economy. **Futures**, Rotterdam, v. 28, n. 5, p. 391-411, 1996.

SEBRAE. **Interagir para competir**: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília: Edição SEBRAE/FINEP/CNPq, 2002.

SEKEFF, Gisela. Mudança no sertão. **Veja**, São Paulo, p. 68-69, 24 maio 2000.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STORPER, Michael. The resurgence of regional economies, ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies. **European Urban and Regional Studies**, London, v. 2, n. 3, p. 191-221, 1995.

TODESCHINI, Marcos; BETTI, Renata. O Brasil da inovação. **Veja**, São Paulo, p. 158-166, 8 out. 2008.

TOLOSA, Hamilton C. Polos de crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, Paulo R. (Ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. p. 189-244. (Monografia, n. 8).

THOMÉ, Clarissa. Favelas crescem e investimentos caem. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. C1, 26 nov. 2006.

ULLMAN, Edward L. The nature of cities reconsidered. In: LEAHY, William H.; McKEE, David L.; DEAN, Robert. D. (Ed.). **Urban economics: theory, development and planning**. New York: The Free Press, 1970. p. 3-20.

URBANISTAS criticam isolamento de morador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. C3, 19 jun. 2005.

- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002a. p. 75-103.
- VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002b. p.105-119.
- VÁSQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.
- VAZ, Lucio. Sul gaúcho tem IDH semelhante ao NE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1-10, 25 jul. 1999.
- VELTZ, Pierre. **Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- VENTURA, Mauro. O paraíso atrás do muro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 24-31, 11 nov. 1990. (Revista Domingo).
- VILLA, Marco A. Um cenário desolador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A3, 13 fev. 2006.
- WEINBERG, Mônica. A força das cidades médias. **Veja**, São Paulo, p. 74-83, mar. 2001.
- WORLD Economic Develoment Congress & The World Bank. World Competitive Cities Congress. **Executive Summary Document**, Washington, DC, 1998. (mimeo).
- WORLD Media Network/Folha de S. Paulo. **O futuro da cidade**, São Paulo, 27 jun. 1995. Especial.
- ZAFALON, Mauro. Agronegócio atrai R\$ 1,5 ao oeste da BA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. B14, 15 jun. 2008.
- ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.